



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO

ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA

A VITICULTURA COMO BASE ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE NO
MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR

MARINGÁ - PR

2010



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO

ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA

A VITICULTURA COMO BASE ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE NO
MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ - PR

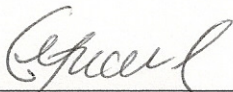
2010

“A VITICULTURA COM BASE ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE NO
MUNICÍPIO DE MARIALVA-PR”

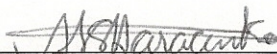
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de
concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **30 de março de 2010.**

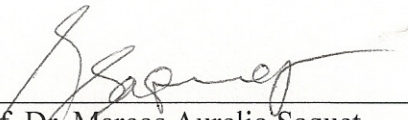
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador-presidente
Universidade Estadual de Maringá



Profª Drª Adélia de Souza Haracenko
Membro convidado
FECILCAM



Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet
Membro convidado
UNIOESTE – M.C.R.

Dedico este trabalho a meus pais, Ana Julia e José Expedito, pelo incentivo e apoio em toda a minha vida escolar. Às minhas irmãs Regina e Márcia e, em especial, ao meu maravilhoso irmão, Paulo, pelos inúmeros auxílios, pois sem ele este trabalho não existiria. E com muito carinho ao meu querido marido, Sidney, que me auxiliou incansavelmente nos trabalhos de campo.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

A Deus, por suas infinitas graças e bençãos em minha vida;

A meus maravilhosos pais, pelo apoio, dedicação e custeio;

A meu irmão Paulo, pela paciência e por acreditar na minha capacidade de pesquisar;

A meu marido Sidney, pela compreensão do tempo que dediquei exclusivamente ao estudo;

Ao Prof^o. Dr^o. Elpídio Serra, um grande orientador, que me ensinou a trilhar o caminho da pesquisa e do conhecimento;

À direção e coordenação do Colégio Anjos Custódios, pela oportunidade oferecida;

À amiga de profissão e de coração Marina Zachia, pelo apoio e interesse nas minhas conquistas;

À colega Márcia Lúcia, que junto comigo trilhou os caminhos do Mestrado com muita dedicação e companheirismo;

À Cida, secretária do PGE, pela atenção, eficiência e simpatia;

À Prof^a. Dr^a. Maria das Graças, pelo incentivo na graduação e pelas dicas de pesquisa no Mestrado;

Aos viticultores marialvenses, pela gentileza nas entrevistas e sinceridade nas opiniões;

Aos agrônomos Silvia Capelari e Werner Genta, pelas informações prestadas;

E, por fim, a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

A vida no campo é fruta madura
Amizade é coisa pura, é mel no coração
Gado no curral, cuscuz com leite
Café com queijo, eu gosto é de requeijão
Vou lhe falar: não troco essa vida
Por nada desse mundo
Não saio desse lugar

(Vida No Campo, Juraildes da Cruz)

RESUMO

No Brasil, durante a década de 1980, a mecanização agrícola levou a pequena propriedade à quase extinção. Uma das principais consequências desse processo foi o êxodo rural, que aumentou a população miserável das cidades. O município de Marialva, no interior do Paraná, se manteve na contramão desse processo. Nesse município, houve contenção do êxodo e a pequena propriedade não só se manteve como também se expandiu, em grande parte graças às lavouras de uva, fortes geradoras de emprego e renda. A cidade de Marialva possui grandes porções de lavouras modernas com pouca utilização de mão-de-obra braçal, assim também como elevado número de pequenas propriedades que consomem muita de mão-de-obra e alta dinamicidade econômica. Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a pequena propriedade no município de Marialva, e analisar os mecanismos utilizados para a sua manutenção e desenvolvimento econômico. Os resultados apontam que o número de estabelecimentos agrícolas que possuem a uva como cultura principal aumentou consideravelmente nos últimos dez anos, em virtude de sua grande produtividade e rentabilidade em comparação às outras culturas presentes no município. Paralelamente o número de trabalhadores rurais com laço de parentesco com o produtor é significativo em relação ao total da população rural do município. Esses resultados indicam que em Marialva há predomínio de pequenas propriedades produtoras de uva, com utilização de mão-de-obra familiar, o que torna esse município um espaço diferenciado no contexto agrário atual.

Palavras-chave: Agricultura, Modernização, Pequena Propriedade, Marialva.

ABSTRACT

During the 80's, mechanization took the small properties almost to its extinction in Brazil. One of the main consequences of this process was the depopulation of the rural zones, which led the poor population in the cities to increase. The city of Marialva in the countryside of Paraná stood in the opposite direction of this process. In this city, there was a containment of this depopulation and the small properties not only stood but also expanded themselves due to the grape production, which generates employment and income. The city of Marialva has great portions of modern crops with little use of manual labor, as well as an increasing number of small properties that need a lot of labor and economical dynamism. This research has as objective to characterize the small properties in the city of Marialva, as well as to analyze the ways that have been used to provide their maintenance and economical development. The results show that the number of rural properties that have the grape production as their main crop has increased significantly in the past ten years, due to the great productivity and profitability when compared to other crops. These results indicate that in Marialva there is a predominance of small properties that produce grape using familiar labor, and this makes the city such a different scenery in the present rural context.

Key Words: Agriculture, Modernization, Small Property, Marialva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Marialva.....	23
Figura 2 - Traçado urbano de Marialva – C.M.N.P.....	24
Figura 3 - Casa da Uva, centro de eventos.....	41
Figura 4 - Movimento populacional do município de Marialva (1970 a 2007).....	44
Figura 5 - Montagem da estrutura do parreiral.....	47
Figura 6 - Porta enxerto.....	48
Figura 7 - Fase da enxertia.....	48
Figura 8 - Primeiros brotos do enxerto.....	49
Figura 9 - Enxerto na fase da formação das primeiras guias.....	49
Figura 10 - Parreiral podado.....	50
Figura 11 - Início das brotações dos galhos.....	50
Figura 12 - Cacho na fase do pente e os galhos na desbrota.....	51
Figura 13 - Produtores realizando a amarração dos galhos.....	51
Figura 14 - Cachos com bagas prontas para o raleio.....	52
Figura 15 - Cachos com bagas em maturação, momento da realização da limpeza.....	52
Figura 16 - Parreiral com uva pronta para a colheita.....	53
Figura 17 - Uva colhida.....	53
Figura 18 – Uva colhida e pronta para ser embalada.....	53
Figura 19 - Uva embalada.....	54
Figura 20 - Uva embalada para o transporte.....	54
Figura 21 - Organização espacial das pequenas propriedades produtoras de uva.....	64
Figura 22 - Alguns equipamentos necessários para o cultivo da uva.....	66
Figura 23 - Principais vantagens da viticultura segundo os produtores.....	68

Figura 24 - Principais problemas da viticultura segundo os produtores.....69

Figura 25 – Imagem de satélite de uma típica região rural do município de Marialva – PR...74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1985, 1996 e 2006.....	55
Tabela 2 - Número de estabelecimentos com lavoura permanente em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1985, 1996 e 2006.....	55
Tabela 3 - Número de propriedades agrícolas em Marialva em 2003, 2004, 2005.....	57
Tabela 4 - Produção do milho, da soja, do café e da uva em 1960, 1970 e 1985.....	61
Tabela 5 - Valores de produção do milho, da soja, do café e da uva em 1996 e 2006.....	62

LISTA DE SIGLAS

ANPEF	Associação Norte Paranaense de Estudos em Fruticultura
ART	Anotações de Responsabilidade Técnica
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais de Abastecimento
CFO	Certificado Fitossanitário de Origem
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
HA	Hectare
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
KM	Quilômetro
M ²	Metros quadrados
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de apoio a Agricultura Familiar
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UVIBRA	União Brasileira de Vitivinicultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 MARIALVA NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PARANAENSE.....	18
1.1 Processos de ocupação do território paranaense.....	18
1.2 A ocupação da Região Norte.....	19
1.3 Marialva: síntese histórica e geográfica.....	22
1.4 O café e a sustentação econômica da pequena propriedade.....	25
2 A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA.....	28
2.1 A crise: causas e consequências.....	28
2.2 As lavouras mecanizadas e o novo modelo agrícola.....	29
2.3 As características da vida no campo.....	31
3 UVA: A ALTERNATIVA E A NOVA BASE ECONÔMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES.....	36
3.1 O papel da colônia japonesa, da Emater e do Estado.....	36
3.2 O parreiral fixa o homem no campo.....	43
3.3 A manutenção da pequena propriedade.....	54
3.4 A uva como ferramenta de propaganda.....	58
4 PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, GRANDES EMPRESÁRIOS.....	60
4.1 A administração do negócio e as relações de produção.....	60
4.2 Características das pequenas propriedades.....	63
4.3 Aspectos positivos e negativos da viticultura.....	68
4.4 Novas técnicas de produção.....	71
4.5 O trabalho familiar e o sistema de parceria.....	72
4.6 O trabalho da mulher.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79

APÊNDICE A - Custo da estrutura, dos equipamentos e da produção da uva....	84
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com técnicos.....	89
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com produtores.....	91
ANEXO A – Certificado Fitossanitário de Origem.....	92
ANEXO B – Uva como ferramenta de propaganda municipal.....	93
ANEXO C – Lei que denomina Marialva como Capital da Uva Fina.....	94
ANEXO D – Monumento construído em homenagem à viticultura marialvense.	95
ANEXO E – Notas fiscais de empresas marialvenses que vendem para outros municípios.....	96
ANEXO F – Renda obtida com a uva é maior que a da soja.....	99
ANEXO G – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA).....	100
ANEXO H – Comprovante de entrega da uva aos intermediários.....	101

INTRODUÇÃO

O município de Marialva, localizado no norte paranaense, apresenta uma dinâmica diferenciada no contexto agrário atual. Nesse espaço convivem harmoniosamente a grande propriedade produtora de *commodities*, soja e milho, e a pequena propriedade com lavoura permanente, uva e café. O espaço rural do município passou por fortes impactos na década de 1970, em virtude de modificações ocorridas no espaço agrário nacional e estadual. Esses impactos foram resultantes de um novo modelo de produção agrícola mundial, associado à Revolução Verde.

A Revolução Verde foi um pacote de medidas criado pelos países industrializados para aumentar a produção de alimentos no mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos a partir do fim da II Grande Guerra. Na verdade, as grandes indústrias de armamento dos países vencedores do conflito buscavam novos ramos para aplicar a tecnologia desenvolvida, e assim, garantir a alta lucratividade. No entanto, para que houvesse maior produtividade das atividades agrícolas, seriam necessárias modificações nas técnicas de cultivo e nos cultivares. O objetivo da Revolução não foi atingido plenamente, pois mesmo havendo maior produção de alimentos não se sanou a fome no mundo. Além de não acabar com o problema proposto, surgiram vários outros, particularmente no âmbito econômico e social. Destaca-se que esse pacote tecnológico teve grandes impactos na agricultura brasileira.

No Brasil, a Revolução Verde teve seus primeiros reflexos a partir da década de 60 do século XX, com a modernização da agricultura. Houve, no país, a implantação de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a atividade agrícola. Pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho humana, com utilização de técnicas rudimentares, para uma agricultura moderna, com maior dependência do capital e da especialização do trabalho.

Dentre os reflexos da modernização brasileira, os mais nítidos foram a concentração da estrutura fundiária, a intensificação do uso do solo agrícola, a dispensa em massa de trabalhadores do meio rural, a especialização da agricultura, a concentração da renda e da riqueza agrícola. A modernização não ocorreu no país de maneira uniforme; concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, áreas essencialmente agrícolas na época.

No Paraná, em específico, esse processo iniciou-se na década de 1970 e teve fortes reflexos sociais e econômicos. O Estado possui áreas de consideráveis aptidões agrícolas. A

terra fértil, o clima favorável e o equilibrado regime pluviométrico do Norte do Estado são características que favoreceram muito o processo de colonização.

A região Norte do Paraná teve sua ocupação realizada em função da cultura cafeeira. Essa atividade incorporava um número elevado de mão-de-obra e era cultivada em pequenas propriedades. Na década de 1960, essa região apresentava altos registros de produção e havia se tornado a maior área produtora do Brasil. Segundo Kohlhepp (1991, p.80), “nos anos 50 e início dos anos 60, o norte do Paraná havia se tornado a região de cultivo do café mais importante do Brasil e ao mesmo tempo a região produtora mais importante do mundo”. A atividade cafeeira estava atrelada ao complexo rural, que internalizava na propriedade todas as atividades de produção necessárias à vida no campo. Dessa forma, a dependência do setor urbano era mínima.

A modernização da agricultura no Norte do Paraná teve, no ano de 1975, o marco de sua implantação. Isso em decorrência de um fenômeno climático ocorrido naquele ano de grandes dimensões trágicas para a agricultura: a geada negra. Esse foi o último fator para o encerramento do ciclo cafeeiro, porque a agricultura tradicional já vinha sendo desacelerada por diferentes esferas da sociedade, inclusive do exterior.

Com a entrada do novo modelo agrícola na região, aconteceram mudanças drásticas na organização rural da época. Essas mudanças afetaram a estrutura fundiária, que era pautada na pequena propriedade, e a mão-de-obra, que era a familiar. Os pequenos proprietários foram gradativamente expulsos do campo, pelo fato de não conseguirem absorver os implementos modernos para as novas culturas, assim como um grande número de famílias perderam seus postos de trabalho e suas propriedades, aumentando significativamente o tamanho das propriedades, ou seja, a concentração fundiária.

As cidades receberam um grande número de pessoas em um período curto de tempo, o que acarretou diversos problemas sociais urbanos, pelo fato desses locais não estarem preparados nos âmbitos econômico, estrutural e social para um contingente populacional de tal magnitude. O destino dos migrantes do campo nos anos de 1970 foram os grandes centros regionais como Londrina, Maringá, Paranavaí, Umuarama e Campo Mourão. Nesse processo, Kohlhepp (1991) afirma que devido à redução ou esgotada capacidade de absorção de mão-de-obra nas cidades ocorreu a formação de extensas áreas marginais suburbanas de classes sociais mais baixas.

Os problemas econômico e social ocasionados pelo processo de modernização foram revertidos em alguns espaços paranaenses, dentre eles o município de Marialva, que possui grandes porções de lavouras modernas com pouca utilização de mão-de-obra braçal, bem como elevado número de pequenas propriedades que consomem muita mão-de-obra e apresentam alta dinamicidade econômica, anulando, assim, os efeitos gerados pela tecnificação e mecanização das grandes propriedades. A manutenção da pequena propriedade tem sido lucrativa nesse município, ao contrário do que se tem observado em outros locais. No município de Marialva houve um aumento significativo do número de pequenas propriedades a partir da década de 1980 devido à implantação de uma cultura diferenciada, a uva, que desde então ocupa elevada mão-de-obra e gera lucros consideráveis, e que, consequentemente, conseguiu reverter o êxodo rural ocorrido naquela década no município.

Neste sentido, este trabalho teve como objetivo geral caracterizar a pequena propriedade no município de Marialva e analisar os mecanismos utilizados para a sua manutenção e desenvolvimento econômico. Para tanto, foram realizados estudos em duas etapas para levantamentos dos dados necessários.

A primeira etapa foi realizada através do levantamento de dados histórico-econômicos da agricultura do município a partir de 1960. Foram levantados dados quantitativos relacionados às pequenas propriedades em órgãos da Prefeitura Municipal (Secretaria da Agricultura), na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados os seguintes dados para análise: número de pessoas ligadas à agricultura familiar; participação das pequenas propriedades no PIB do município; atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades; número de propriedades no município; números de estabelecimentos agropecuários com lavoura permanente e temporária; e rendimento médio e valor da produção da uva, da soja, do milho e do café. A dimensão média das propriedades foi obtida com a divisão da área total destas pela quantidade existente.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com os produtores e profissionais envolvidos na assistência técnica às pequenas propriedades, para analisar os fatores que tornam essas pequenas porções produtivas, espaços significativos na economia marialvense. Dentre os dados explorados, ressaltam-se o início da atividade desenvolvida atualmente na propriedade; o lucro médio anual da propriedade; o número de pessoas ligadas às atividades e se há ocorrência de contratação temporária na época de colheita; quanto tempo reside na propriedade; o número de bens que possuem (carro, televisão colorida, DVD, computador); as

vantagens e desvantagens da atividade desenvolvida e o papel da assistência técnica no processo de produção.

Esta pesquisa busca contribuições em diferentes âmbitos. No âmbito municipal, espera-se que os resultados auxiliarão no planejamento das políticas públicas do município para a manutenção e expansão da pequena propriedade e também no futuro, como registro histórico do município. No âmbito científico, espera-se que o trabalho obtenha grande valor como referência de estudo e caracterização de pequenas propriedades e ainda como elaboração de políticas nacionais para a agricultura familiar.

O trabalho está estruturado em quatro eixos. O primeiro eixo, intitulado “Marialva no contexto da colonização paranaense”, traz a história da ocupação do Paraná, descrevendo as características das três frentes pioneiras – Paraná Tradicional, Frente Sudoeste e Frente Norte –, com enfoque especial a essa última região. Nesse eixo também é apresentada a síntese geográfica e histórica do município onde foi realizada a pesquisa.

A modernização da agricultura é enfocada no segundo eixo, “A crise do café e o novo modelo agrícola”. Nesse item são trabalhadas as características da modernização no Norte do Paraná, considerando as causas e consequências desse processo no que tange aos aspectos econômicos e sociais às pequenas propriedades produtoras de café.

A alternativa de sobrevivência encontrada pelas pequenas propriedades marialvenses na década de 1980 foi a viticultura; desse modo, o terceiro eixo, denominado “Uva: a alternativa e a nova base econômica das pequenas propriedades”, trabalha a história da atividade no município, sua importância na retenção do homem no campo, diminuindo os impactos do êxodo rural e suas consequências sociais no meio urbano. Através de dados quantitativos é demonstrada a relevância da atividade para o aumento do número de pequenas propriedades em Marialva.

O espírito empreendedor e a habilidade de gestão do viticultor marialvense são revelados no quarto eixo, “Pequenos proprietários, grandes empresários”, que caracteriza as pequenas propriedades e os produtores de uva do município, revelando a importância da mão-de-obra familiar, do sistema de parceria e do trabalho da mulher na cadeia de produção da fruta.

1. MARIALVA NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PARANAENSE

1.1 Processos de ocupação do território paranaense

A ocupação do espaço paranaense resultou da expansão de três frentes: o Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da extração de erva-mate, a região Norte, vista como um prolongamento da economia cafeeira paulista e a região Sudoeste, povoada por imigrantes gaúchos e catarinenses.

O Paraná Tradicional corresponde às primeiras áreas ocupadas, litoral e Campos Gerais. De acordo com Serra (1992), essa frente foi inaugurada por mineradores paulistas no século XVII, atraídos pela existência de ouro de aluvião. Surgiram dessa primeira fase os dois primeiros núcleos da população paranaense: Açungui e Paranaguá (BERNARDES, 1953). A atividade de mineração aurífera foi substituída por novas alternativas econômicas entre 1720 e 1730. Inicia-se a pecuária extensiva, o tropeirismo e a extração e beneficiamento da erva-mate. As terras paranaenses de campos estavam totalmente ocupadas no final do século XVIII. “Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional” (WESTPHALEN, 1968, p.2). Essa frente, apesar do espaço de abrangência, não ocupou todo o território paranaense.

A frente Norte teve sua ocupação efetiva a partir da segunda metade do século XIX. Na visão de Müller (2001), essa ocupação ocorreu a partir de 1862, por fazendeiros paulistas que foram atraídos pelas manchas de terra-roxa. No entanto, a colonização intensiva da região, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. A estrutura fundiária teve predominância em pequenas propriedades e a atividade cafeeira foi a base de sustentação econômica.

Na frente Sudoeste, Colnaghi (1991) pontua ser possível detectar a superposição de dois movimentos: um de ocupação espontânea e outro de colonização dirigida. Este último foi promovido por dois poderes distintos: as empresas privadas de colonização e a iniciativa oficial. Já o processo espontâneo, responde pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse. O interesse do governo em ocupar tal área era explicado por dois motivos, acabar com as áreas despovoadas e ao mesmo tempo acabar com o problema social e econômico causado pelos minifúndios do Rio Grande do Sul. Para isso

criou o plano denominado “Marcha para o Oeste”. A presença dos imigrantes sulistas não agradou aos caboclos, antigos moradores da área, por muito tempo. Na verdade, isso foi o resultado das diferenças culturais. O processo de colonização realizado pelas empresas e o governo, na perspectiva de Serra (1992), teve dois efeitos imediatos: a dinamização da frente e a valorização das terras. Isso trouxe alguns problemas, principalmente quanto à cobiça por parte de grupos políticos e econômicos, o que posteriormente resultou em vários conflitos no campo daquela região.

1.2 A ocupação da Região Norte

Os primeiros indícios de ocupação do norte paranaense datam do século XVII, por intermédio das missões religiosas dos jesuítas. Entretanto, os mesmos não desempenharam um papel significativo nesse processo (SERRA, 1992).

Em meados do século XIX se iniciou, de forma oficial, com a instalação da Colônia Militar de Jataí, a ocupação do norte do Paraná. De fato, Müller (2001) assinala que essa colônia não teve o objetivo de colonizar, mas sim o de defender o vasto território brasileiro.

O norte paranaense é dividido em três áreas, levando em consideração o período e a origem da colonização. No Norte Velho, também conhecido como Norte Pioneiro, que se estende do Rio Itararé até a margem direita do Rio Ivaí, a partir do final do século XIX e início do século XX, cujo fim data com a crise de 1929. A segunda no Norte Novo, que vai até as barrancas do Rio Ivaí, limitando-se com as cidades de Terra Rica e Terra Boa, expandindo lentamente a partir de 1930, e sofrendo um aceleração posterior à Segunda Guerra Mundial. No Norte Novíssimo, que segue desse limite até o Rio Paraná, datando entre 1940 e 1960, período em que se encerra o expansionismo da cafeicultura no Paraná (CANCIAN, 1981).

Foi na segunda metade do século XIX, a partir de 1862, que se inaugurou uma nova fase de povoamento para o Norte do Paraná. Müller (2001) enuncia que o ‘manto verde dos cafezais’ desdobrou-se pela região como avalanche. Essas ocupações foram feitas por fazendeiros paulistas, atraídos pelas manchas de terra-roxa. Surgiram dessa época alguns núcleos urbanos, como Santo Antonio da Platina (1866), São José da Boa Vista (1867) e Venceslau Brás (1867). Todavia, essa ocupação realizada de forma rápida e desordenada, em conformidade com Luz (1997), começou a preocupar as autoridades do Estado, levando o

Presidente do Estado a solicitar ao Congresso Legislativo do Paraná a aprovação de uma lei que regulamentasse as vendas das terras devolutas do Estado situadas no vale do Paranapanema, com o objetivo de evitar sua invasão. Isso foi necessário, já que as terras do Norte do Paraná eram muito atraentes aos mineiros e paulistas, especialmente por estes últimos, que consideravam a região um prolongamento do território de seu Estado.

A colonização de parte do norte paranaense, especificamente o Norte Novo, foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa constituída por capital inglês. Esta adquiriu uma área de 515.000 alqueires paulistas, que a princípio serviriam para o plantio de algodão. Não obstante, depois das primeiras viagens de reconhecimento perceberam que obteriam melhores resultados loteando a gleba em pequenas propriedades. A Paraná Plantation Limited, como foi denominada, controlava suas duas subsidiárias: Companhia de Terras Norte do Paraná e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Em consonância com Müller (2001), as duas entidades se completavam; enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo de colonizadores para as frentes pioneiras. A estrada de ferro representava uma ligação do moderno com o progresso. Em 1944, a Companhia foi vendida a um grupo de capitalistas paulistas, passando a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A empresa planejou a colonização nos mínimos detalhes. A espinha dorsal das vias de circulação (rodovias) seria no espigão divisor de águas, entre as bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Paranapanema. As cidades teriam importância e distâncias definidas. Isso permitiu que toda a área colonizada estivesse engendrada em um sistema de circulação, ou seja, nenhuma propriedade rural estaria há mais de 15 km de um patrimônio ou cidade. O perfil dos lotes também foi determinado em longas fitas, do espigão até o vale, de modo que toda propriedade tivesse saída e acesso à água fluvial. A dimensão dos lotes foi estipulada conforme sua localização. Müller (2001) informa que os lotes próximos aos núcleos urbanos variavam de 1 a 5 alqueires paulistas, e para as áreas mais afastadas ficaram as propriedades de 5 a 10 alqueires e as “fazendas” as mais distantes. Contudo, deve-se entender que a divisão dos lotes em pequenas propriedades não estava voltada apenas em obter um número maior de compradores, mas também em se obter maior lucro, uma vez que em lotes menores haveria menos investimento maior comodidade, haja vista que os lotes contariam com acesso às estradas, proximidade com os núcleos urbanos o que, como consequência, facilitaria o escoamento dos produtos produzidos. Para Carvalho (2008, p. 49),

o método de comercialização de terras praticada pela companhia estrangeira, fracionando-as em pequenos lotes em média 15 alqueires –, e a facilidade no pagamento, tendo em vista que o comprador poderia parcelar suas terras em até 48 meses, permitiram a maximização dos lucros para a empresa, mas possibilitou que milhares de pessoas migrassem para região no sonho da terra própria e de melhores condições de vida.

Outra vantagem na comercialização dos lotes menores estava em um fator climático determinante para a cultura cafeeira: a geada. Nos lotes menores não se plantava exclusivamente café; dessa forma, se ocorresse a geada os prejuízos seriam menores, visto que os proprietários contariam com os produtos de subsistência. Essas características atraíam os compradores desejados pela Companhia. Deve-se entender que na época não seria o fazendeiro que compraria essas terras, e sim os pequenos produtores (colonos de São Paulo) que enxergariam a chance de tornarem-se proprietários. Nos lotes menores havia a diversificação, a propriedade possuía a seguinte estratificação: no topo, área mais próxima do espigão, havia o cultivo do café, no estrato topográfico intermediário havia as culturas para subsistência, já as habitações e as pastagens estavam próximas do início do fundo de vale, o qual era cercado por vegetação. De acordo com Müller (2001, p.105),

as habitações estão usualmente situadas na faixa de pastos, não muito próximas do curso d'água, quase sempre no ponto em que as vertentes deixam seu perfil de inclinação suave para caírem abruptamente sobre os rios. Cercadas de árvores frutíferas (...) havia adjunto às residências: depósitos, celeiros, cercados para o gado ou animais domésticos, as próprias cercas que delimitavam o pasto.

Estava, dessa maneira, a cargo da Companhia três tarefas: a colonização, a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos.

Em aproximadamente três décadas o espaço norte paranaense fora tomado pelas lavouras de café, o que tornava a região a mais dinâmica do Estado tanto no âmbito econômico, como na ocupação humana. Oliveira (2009, p. 6) expõe que:

Entre as décadas de 1940 e 1970, apenas no eixo Londrina – Apucarana – Maringá, o café gerou centenas de milhares de empregos e colocou alimento nas mesas de milhares de famílias. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: no plantio e manutenção (capina) das roças; na colheita (derriçagem, abanagem e secagem nos terreirões); na comercialização e transporte até as máquinas de beneficiamento. Desse modo, vários segmentos profissionais garantiam suas rendas, tais como: carregadores, ensacadores, classificadores e, inclusive, as “catadeiras” que separavam os grãos que não possuíam boa qualidade dos demais.

A dinâmica garantida pela cultura cafeeira permaneceu inalterada até 1960. Nesse período, foram registradas superproduções regionais que influenciaram um desequilíbrio no mercado externo. Houve reflexos na economia regional e na manutenção da propriedade cafeeira.

1.3 Marialva: síntese histórica e geográfica

Os núcleos urbanos do norte paranaense surgiram e se desenvolveram para dar apoio à atividade agrícola. A fundação de patrimônios seguiu a colonização rural. Luz (1997) assevera que a cidade evitaria o isolamento do lavrador, dando alguma assistência e abastecendo-lhes de produtos que não podiam produzir, minimizando as dificuldades de uma região em fase de desbravamento.

A Companhia de Terras planejou a grande maioria das cidades do Norte do Paraná. Segundo Müller (2001), os principais núcleos urbanos fundados pela Companhia estão localizados no espigão, à margem da ferrovia e da estrada principal, espaçados entre si por distâncias regulares. Os centros urbanos com maior importância e influência no contexto regional estavam localizados a 100 km de distância entre si, são as “cidades polos” de Londrina, primeira a ser fundada em 1934; Maringá, cuja fundação data de 1947; e Cianorte, fundada em 1955. Já os centros de menor influência estavam localizados a cada 15 km, e entre eles havia os patrimônios¹. A criação dessa hierarquia tinha como objetivo viabilizar a dinâmica da colonização, escoando a produção e facilitando o acesso ao espaço urbano.

Marialva é um município localizado no norte paranaense, fruto do projeto de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Figura 1), e sua fundação ocorreu em 1937.

¹ Pequeno núcleo urbano, sem autonomia administrativa, que atende aos moradores rurais da área ao entorno, possuindo, geralmente, uma capela, uma praça, uma escola, um pequeno estabelecimento comercial de gêneros alimentícios, e um campo de futebol e de bocha.

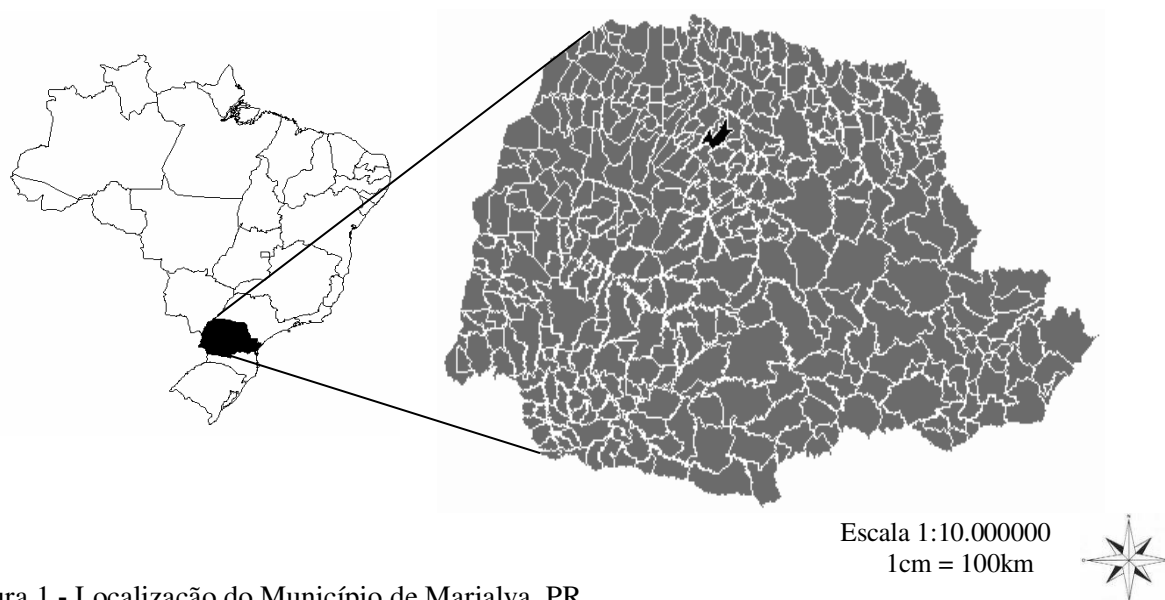


Figura 1 - Localização do Município de Marialva, PR.

O município de Marialva está localizado sob a latitude de 23° 20' a 23° 40' S. Os municípios limítrofes são Astorga, Bom Sucesso, Floresta, Itambé, Mandaguari, Maringá e Sarandi.

Em 1947, o Patrimônio foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, no Município de Mandaguari, e em 1951 foi criado o Município de Marialva. O nome do município foi atribuído em homenagem a um cavaleiro português, D. Pedro de Alcântara Menezes, o "Marquês de Marialva", nascido em 1711 e falecido em 1799. Foram distritos do Município de Marialva: Itambé e Sarandi, sendo emancipados em 1960 e 1981, respectivamente. Em divisão territorial datada de 1995 o município é constituído de cinco distritos: a sede Marialva, Aquidaban, Santa Fé do Pirapó, São Luiz e São Miguel do Cambuí. O primeiro prefeito eleito foi Antonio Garcia Neto, cujo mandato foi de 1952 a 1956 (RICIERI, 2008).

O planejamento dos espaços urbanos também era tarefa da Companhia. Müller (2001, p. 108) registra que “todos os centros urbanos criados pela ‘Companhia de Terras’ contam com plantas que denunciam haverem sido planejados com antecedência”. Embora com formas variadas, as plantas dos núcleos urbanos têm todos os aspectos de cidades “criadas”, derivadas da disposição geométrica do traçado. Esses espaços, mesmo “situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos (os núcleos habitacionais) foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo, para que se tornassem metrópoles modelares” (COMPANHIA, 1975, p. 252). O desenho da planta de Marialva indica que foi uma cidade planejada pela Companhia (Figura 2).

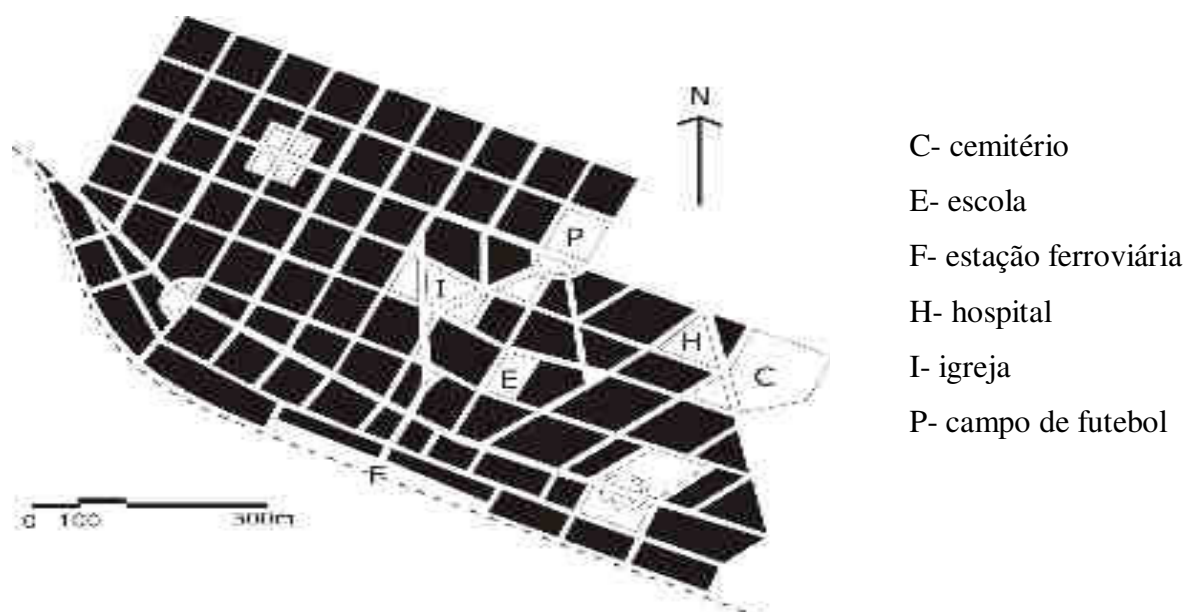


Figura 2 – Traçado urbano de Marialva – C.M.N.P.

Fonte: REGO, R. (2006, p. 99)

O município de Marialva foi construído no espigão, entre o divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Pirapó, paralelo com a linha férrea. A cidade é cortada pela rodovia de ligação do Estado, a BR 376, que no interior da cidade recebe o nome de Avenida Colombo. Os primeiros moradores de Marialva eram formados por imigrantes asiáticos (japoneses), europeus (italianos, portugueses e alemães); e entre os brasileiros por paulistas e mineiros. A atividade econômica de Marialva foi, como todo norte paranaense, o cultivo do café, que era produzido em pequenas propriedades e com trabalho familiar. Como as características naturais da área eram vantajosas para essa cultura, foi rápida a venda dos lotes bem como a ocupação do espaço.

O município de Marialva possui a seguinte formação pedológica: o solo é composto por Terra Roxa Estruturada² (60%) como tipo principal; Latossolo Roxo³ (20%), Latossolo Vermelho Escuro⁴ (10%) e com incrustações (10%). Está sob o Clima Subtropical, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas. Há ocorrência de geadas leves entre os meses de maio a julho, sendo esse período caracterizado por baixa precipitação. O

² É um solo desenvolvido a partir de rochas eruptivas básicas e ocorre em relevo ondulado ou forte ondulado. Solo de textura argilosa, com profundidade efetiva em torno de 2 m, poroso e bem drenado. É um dos solos mais férteis do Brasil.

³ É um solo também desenvolvido a partir de rochas eruptivas básicas. Solo muito profundo, poroso, muito friável e acentuadamente drenado. Apresenta baixa fertilidade natural. Ocorre em relevo predominantemente suave ondulado.

⁴ Desenvolvido a partir do Arenito Caiuá e também mistura deste com rochas basálticas. Solo muito profundo, poroso e acentuadamente drenado. Apresenta de baixa a média fertilidade natural. Ocorre em relevo praticamente plano e suave ondulado.

relevo apresenta pouca declividade, com altitude média de 602 metros. O município divide-se entre as bacias hidrográficas dos rios Pirapó e Ivaí, ao norte e ao sul, respectivamente. A vegetação original é a Floresta Estacional Semidecidual.

A cultura cafeeira foi durante muitos anos a base econômica do município, sendo substituída na década de 1970 por culturas modernas, mudança verificada também em todo o Norte do Paraná.

1.4 O café e a sustentação econômica da pequena propriedade

O desenvolvimento da atividade cafeeira no Norte do Paraná foi estimulado graças a algumas características naturais e humanas. A proximidade com as zonas cafeeiras de São Paulo, o conhecimento dos paulistas da inexistência das temidas “saúvas”⁵, a terra de boa qualidade a um baixo preço em comparação com os praticados em São Paulo, os incentivos do governo do Estado em ocupar terras devolutas e as medidas restritivas as quais o espaço paulista passava, foram fatores decisivos no crescimento dessa nova zona cafeeira nacional (OLIVEIRA, 2009).

As empresas colonizadoras foram responsáveis por grande parte do dinamismo adquirido pela cultura em questão. Essa colonização organizada, promovida por essas empresas, favoreceu a penetração do território. Swain (1988) postula que, dessa forma, houve a implantação de estradas e caminhos que ligavam as cidades e estimulavam a produção e a comercialização. A historiadora Cancian (1981) levantou dados referentes à população dos municípios com predomínio do café, pertencentes ao Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. Em 1920 havia seis municípios cafeeiros, com uma população total de 72 mil habitantes. Já em 1970, o número de municípios com a cultura do café era de 192, e a população era de 4 milhões de pessoas. O café teve grande importância no crescimento e desenvolvimento do espaço norte paranaense, Oliveira (2009, p. 5) salienta que:

No Paraná, o café transformou vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas. Fundou várias municipalidades e desenvolveu nestas áreas uma especificidade cultural não encontrada no Paraná Tradicional. Afinal, o café do Norte do Paraná foi o atrativo de várias ondas migratórias, tanto de

⁵ Saúva é designação comum às formigas, especialmente as do gênero *Atta*. Essas formigas, cortando folhas de plantas, inclusive as cultivadas, causam perdas econômicas vultosas à agricultura e à pecuária, porque diminuem ou aniquilam a produção ao cortar as plantas.

mineiros e paulistas, como de milhares de nordestinos que, após fazerem uma pequena escala em São Paulo, seguiam em busca de oportunidades nas férteis terras do Terceiro Planalto paranaense. Não esquecendo dos imigrantes europeus e asiáticos que juntamente com os brasileiros de diversas regiões produziram um “caldo” cultural único e rico.

Esse grande número de pessoas concentradas nas zonas cafeeiras justifica-se pela necessidade de mão-de-obra dessa lavoura. O trabalho nos cafezais era realizado pela família de pequenos proprietários ou de colonos⁶.

Relembrando aqui que uma das características da colonização empresarial era a divisão das glebas em pequenos lotes. Isso facilitou a venda e a dinâmica da região, já que quanto maior o número de lotes vendidos maior seria o crescimento populacional e econômico da área, e conseqüentemente, a melhor valorização da área. Os produtores de café do Norte do Paraná eram diferentes dos produtores de São Paulo. Na verdade, os produtores dessa região eram antigos colonos das fazendas de café do Estado em questão. Estes dirigiram-se para o Paraná e conseguiram comprar um pequeno lote, tendo em vista as condições oferecidas no início da colonização, aproveitaram a experiência adquirida nas lavouras paulistas e as facilidades oferecidas pelas companhias colonizadoras (localização do lote, acesso ao espaço urbano e escoamento da produção). Dessa forma, a expansão do “ouro verde” se deu graças, principalmente, aos pequenos produtores. De acordo com Cancian *apud* Carvalho (2008, p. 50), “a maioria dos lotes que foram vendidos estava dividida em pequenas e médias propriedades e como os pagamentos podiam ser parcelados, antigos colonos e lavradores tiveram a possibilidade de se transformar em proprietários das terras”.

O café é uma cultura que produz todos os anos⁷, no entanto, segundo relatos de alguns entrevistados que viveram à época do café, essa cultura tem produções significativas a cada dois anos. A população utilizava a seguinte expressão para explicar essa produção bienal: “um ano o cafezal veste o dono, no outro ele se veste”, ou seja, em uma colheita ele dará renda para o produtor e em outra ele simplesmente vai recuperar suas “energias” para a próxima colheita.

Segundo relato de um entrevistado que veio de Minas Gerais em 1960, as notícias que lá se tinha sobre o Paraná (não se especificava a região Norte) era que nesse Estado ‘se juntava dinheiro a rodo’. Isso era uma metáfora, pois havia uma relação com a colheita do

⁶ Colono nesse contexto é aquele que trabalha em uma grande propriedade, juntamente com sua família, e mora em uma área destinada as residências da propriedade, a chamada Colônia. Ele não é o proprietário da terra. Em outras regiões do Paraná, no caso do sudoeste fruto da colonização sulista, o termo refere-se ao pequeno proprietário.

⁷ A produção anual depende das condições naturais, principalmente dos eventos climáticos, exemplo a geada.

café. Em Minas Gerais, a colheita nos cafezais era realizada nos panos, ou seja, os trabalhadores derrubavam o café maduro e o levavam para o terreirão para a secagem. Dessa forma, os grãos eram retirados ainda vermelhos do pé, e adquiriam a cor escura/preta no espaço destinado para a secagem. No Paraná, esse procedimento não era utilizado. O café secava ainda no pé, e posteriormente era colhido. A diferença quanto a Minas Gerais era que os grãos eram jogados no chão, ou seja, tinham contato direto com o solo. Em seguida, eram rastelados e banados, ato que consistia na retirada dos grãos do chão através de um rastelo os quais eram separados das impurezas grosseiras como galhos, folhas e terra através de uma peneira. No final desse processo o café deveria ser secado, lavado e novamente secado em ambiente adequado, nos terreiros⁸. No Paraná, o café produzia muito e refletia diretamente na renda do produtor. Neste sentido entende-se a frase: “juntava dinheiro a rodo”. Em virtude dessas diferenças nos tratos culturais, os cafezais paranaenses necessitavam de um número de mão-de-obra um pouco maior.

Para o tipo de plantio de café efetuado na época hoje são utilizados outros espaçamentos, possibilitando o cultivo de vários outros produtos nos corredores da plantação, principalmente produtos para a subsistência⁹ como arroz, feijão, batata, alho, amendoim e pipoca. Isso garantia a manutenção da família, além de mantê-la durante o ano em que o cafezal “se vestia”.

As lavouras de café permitiam, paralelamente, o desenvolvimento de uma cultura de subsistência, pois uma vez que o sistema de plantio adensado não era praticado, o agricultor podia fazer uso das “ruas” entre as fileiras dos pés de café para cultivar produtos para o seu sustento e de sua família, assim como abastecer o pequeno comércio da região. No período de colheita, os setores de bens de consumo imediato, como de bens de consumo duráveis e de máquinas e equipamentos, eram extremamente fomentados nas cidades próximas, na Capital Curitiba e até mesmo na não distante cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 2009, p. 6).

⁸ Eram grandes áreas abertas e cimentadas destinadas a secagem do café.

⁹ O termo subsistência nesse contexto refere-se ao plantio de alguns produtos para o consumo, porém com um produto específico para comercialização, o café.

2. A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA

2.1 Crise: causas e consequências

Na década de 1950, o Norte do Paraná havia se tornado uma das regiões produtoras de café mais importante do mundo. Em 1945, o Paraná foi responsável por 4,5 % da produção nacional; já em 1962 ficou com 58% da produção (CAMOLEZI; COSTA, 2009). De acordo com Kohlhhepp (1991) os processos de desenvolvimento desenfreados trouxeram rapidamente o problema da superprodução. Esse problema deu início à decadência da cultura cafeeira, e atrelado a ela havia o confisco cambial dos exportadores efetuado pelo Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, no governo do Presidente João Goulart, que dava aos trabalhadores rurais o direito a férias remuneradas, carga horária de 8 horas e 13º salário desestimulou a contratação de mão-de-obra pelos grandes e médios produtores e impossibilitou a contratação pelos pequenos. Os pequenos proprietários, por sua vez, investiram na compra de máquinas agrícolas em “substituição” à mão-de-obra braçal, fato constatado na análise dos dados do censo agropecuário do IBGE de 1960 e 1970, em que consta que na categoria número de tratores o Paraná registrou um aumento de 72%. Nesse contexto, o pequeno ficou impossibilitado de adquirir maquinários em substituição à mão-de-obra, já que não tinha condições nem de arcar com salários, muito menos com máquinas modernas e com custo proporcional a sua inovação. O último fator, e também o mais conhecido, estava atrelado às condições climáticas. As fortes geadas do final dos anos de 1960 e início da década de 1970 foram determinantes para a erradicação de extensas áreas de cafezais. Kohlhhepp (1991) aponta que o número crescente de geadas se tornou decisivo para o desenvolvimento futuro da cafeicultura. As lavouras de café do Estado já haviam passado por fortes geadas em 1953 e 1955, as quais, conforme Serra (2009), deixaram danos acima de 50% como quebra nas safras dos anos seguintes. No entanto, a geada de 1975 foi o golpe final para os cafezais e os produtores que ainda resistiam.

Enquanto as geadas anteriores ainda deixaram algumas poucas partes das lavouras sem queimar, caso das localizadas nos espigões, a de 1975 destruiu tudo. Foi o golpe de misericórdia sofrido pelo que, na época, era considerado o maior parque cafeeiro do País, com 915 milhões de pés. Destruidas as lavouras, o mercado de trabalho no campo ficou reduzido ao

corde das árvores queimadas; concluída a atividade, o desemprego foi quase que absoluto (SERRA, 2009).

Em menos de uma década o ‘mar de café’ presente no Norte do Paraná perdeu totalmente suas forças. Oliveira (2009) postula que em 1969 o café representava mais de um terço das exportações, ao passo que, em 1975, após a geada “negra”,¹⁰ as exportações do produto não superavam 7% da pauta brasileira. Era o fim de um ciclo.

2.2 As lavouras mecanizadas e o novo modelo agrícola

A partir de década de 1960, inicia-se a modernização da agricultura brasileira, sob o comando do capital financeiro e do capital industrial. Esse processo foi parte integrante de um pacote denominado “Revolução Verde”, importado dos Estados Unidos na década de 1950 pelo governo brasileiro (SERRA, 1992). Dentre suas características, destacam-se a intensificação tecnológica e a sua crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, para que houvesse maior produtividade, logo, uma elevação da renda dos produtores (NAVARRO, 2001). Para Graziano da Silva (1982), o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, em um elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. Swain (1988) salienta que os anos 1960 apresentaram agitações e transformações na política, na economia e na sociedade. No Paraná, houve modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária, no emprego, na mão-de-obra e na distribuição das rendas.

Em 1964 os militares tomam o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificações das exportações agrícolas e impulso do setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do “boom” econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se e um ritmo desenfreado (SWAIN, 1988, p. 30).

¹⁰ A geada negra ocorre quando o ar está muito seco e a planta morre antes da formação e congelamento do orvalho, ficando escurecida. No Brasil, a geada negra também é conhecida como geada de vento, pois o vento frio desidrata e mata os tecidos expostos das plantas, deixando-a igualmente negra.

O ápice da mudança de cultura agrícola no Estado do Paraná ocorreu na década de 1970, impulsionado pela ocorrência de um evento climático de grande dimensão trágica para a agricultura, a geada negra, a qual, por sua vez, teve como principal consequência o fim do ciclo cafeeiro no Norte do Paraná. Destarte, a geada foi apenas um fator desestimulante, porque o verdadeiro motivo estava ligado à substituição da cultura predominante na região. Todavia, a nova cultura deveria estar dentro dos parâmetros modernos de produção. A implantação dessa nova cultura, além das mudanças econômicas e sociais, também acarretou uma profunda mudança nas paisagens rurais dos municípios. As culturas perenes, como o café, que garantiam o verde durante todo o ano foram substituídas por extensas áreas mecanizadas, nas quais o verde está presente em um período muito curto do ano, na medida em que as culturas comuns desse tipo de agricultura são anuais.

Não há como negar que o processo de modernização não ocorreu por acaso, tampouco foi produto de circunstâncias ou decisões políticas estaduais, embora o ambiente e o momento tenham sido favoráveis devido às geadas de 1975. Entretanto, foi o resultado de níveis de interesse mais amplos ligado às esferas nacional e internacional (SERRA, 2001). Um ponto destacável nesse processo é o tempo que levou para implantação. Nos Estados Unidos, do qual o Brasil importou o pacote de modernização, as transformações foram iniciadas na década de 1920, findando-se em 1970. Logo, os impactos foram minimizados devido ao longo período de adaptação. No Brasil, o processo iniciou-se a partir da década de 1950, tendo apenas 20 anos para a sua consolidação. Isso se torna mais agravante quando se analisa o caso do estado do Paraná, que teve menos tempo para a implantação e consolidação do modelo. As modificações foram muitas; além do tipo de cultura, envolveu mão-de-obra e estrutura fundiária, passando da dependência do fator trabalho para o fator capital (máquinas e insumos). Nesse contexto, é preciso caracterizar brevemente a modernização como sendo excludente em três diferentes fatores: regiões, produtos e produtores¹¹.

O fator região leva em consideração o relevo, já que nem toda área é propícia para a mecanização. Esse fato acarretou a concentração do processo de modernização na região norte e oeste do Paraná, salientando que pelas suas potencialidades edafoclimáticas (clima, relevo e solos), o desenvolvimento de atividades agropecuárias são notáveis nessas áreas, constituindo a principal região agrícola do Estado (MORO, 2001). A exclusão de produtos ocorreu devido ao interesse do mercado externo que no momento encontrava-se enfocado na soja, no trigo e no milho, excluindo assim os produtos típicos da pequena propriedade como, por exemplo, o

¹¹ Informações registradas em aulas do Curso de Graduação em Geografia, na disciplina de Geografia Agrária no ano de 2004.

arroz, o feijão e a batata. Por último, e com maior importância social, está a exclusão dos produtores.

Nunes (1991) pondera que o acesso ao crédito se constitui no principal recurso adotado pelo Estado Nacional na implantação da política de modernização técnico-produtiva. Contudo, nem todos os produtores receberam facilidades para obtenção desses créditos, e muitos ficaram impossibilitados de implantarem técnicas modernas em seu sistema de produção. Esse fato obrigou esses produtores a venderem suas terras aos que tinham condições de nelas investir. O tamanho das fazendas aumentou substancialmente, visto que a taxa de adoção de novas tecnologias estava diretamente relacionada ao tamanho da propriedade. Especificamente acerca do Paraná, Serra (1999) enfatiza que entre as décadas de 1970 e 1980, cem mil pequenas propriedades desapareceram do Estado, principalmente na região Norte, já que as áreas das pequenas propriedades foram incorporadas às áreas das fazendas maiores. Os pequenos proprietários viram-se obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de sobrevivência, aumentando ainda mais a dimensão trágica social da modernização agrícola, porque as cidades não estavam preparadas para receber um contingente populacional de tal magnitude.

Observa-se, dessa forma, uma massa populacional sem o mínimo de preparo para as atividades urbanas, tornando-se cada vez mais excluídas. Nos polos regionais das tradicionais regiões agrícolas do Estado os retirantes do campo transformaram-se em boias-frias, trabalhando esporadicamente em grandes fazendas, particularmente nas colheitas que exigiam maior mão-de-obra (MORO, 2001). Parte dessa população partiu para cidades maiores e para outros Estados. O Paraná, no auge da atividade cafeeira, configurava-se como um foco de atração populacional, com registro de crescimento demográfico de 7% ao ano; porém nos anos de 1980 essa taxa não chegou a 1%, evidenciando a transformação do Estado em polo de dispersão (SERRA, 2009).

2.3 As características da vida no campo

O Norte do Paraná passou por fortes geadas nos anos de 1969 e 1972, sendo que em 1975 ocorreu a mais forte delas. No entanto, os reflexos não foram imediatos devido a toda a estrutura relacionada à pequena propriedade cafeeira do norte paranaense.

A pequena propriedade estava pautada na dinâmica do complexo rural. Todas as atividades eram internalizadas na propriedade, a residência, a produção de subsistência, a eventual venda de excedentes e produto para comercialização (café). Na propriedade havia os animais, como as aves, que forneciam os ovos e a carne; os suínos, que forneciam a banha e a carne; o gado bovino, que fornecia o leite e a carne; e os eqüinos, que serviam de meio de transporte e para o trabalho na lavoura. Eram cultivados verduras e legumes nas hortas, lembrando que na colonização todos os lotes tinham acesso à água, ou seja, não havia problema quanto a esse recurso. Existiam as plantações de arroz, feijão, milho, trigo, batata, cebola, alho, mandioca, amendoim, inhame, dentre outros produtos. As frutas eram fartas, em razão da existência dos pomares. Os produtos industrializados eram adquiridos, geralmente, em vendas¹², tais como açúcar, apesar de alguns produtores fabricarem o melado a partir da cana-de-açúcar, macarrão, sal e algumas peças de vestuário. As compras realizadas nas vendas não eram à vista. O pioneiro Romualdo Borsari¹³ relata que “as pessoas tinham o compromisso de pagar em dia. Eu podia vender e deixar que me pagassem em até um ano. Não tinha erro, todo mundo pagava, era uma época de fartura. Um tempo para fazer muito dinheiro”.

Naquela época, a existência de energia elétrica no campo era mínima. Porém, isso não era problema, e sim uma vantagem, pois diminuía os gastos na residência. As carnes eram facilmente armazenadas como alternativas à refrigeração, como o caso das carnes salgadas, defumadas e as famosas “carnes de porco na gordura¹⁴”. Os peixes não eram armazenados em razão da grande quantidade existente nos rios na época. O trigo colhido na propriedade era levado até à cidade, nos moinhos, onde o produto era transformado em farinha, que de volta à propriedade era utilizada na fabricação de pães e algumas vezes em macarrão. É importante lembrar que não havia fogão a gás naquela época; logo, os pães eram assados em grandes fornos a lenha, assim como a comida era preparada nos fogões a lenha. Com a mandioca era feita a farinha e o polvilho, com o amendoim era feito o tradicional doce denominado “pé de moleque”. Além disso, havia um ciclo interessante do café nas propriedades: ele era cultivado, colhido, torrado, moído e consumido dentro desse espaço.

Em algumas propriedades havia energia elétrica, produzida por geradores, no entanto, essa comodidade na época estava restrita às grandes propriedades. É válido lembrar,

¹² Pequeno estabelecimento comercial localizado nos patrimônios, que atendia às necessidades comerciais da população rural. Possuía o mesmo porte das mercearias atuais.

¹³ Citação extraída do caderno de suplemento especial do Jornal O diário, em comemoração aos 58 anos de Marialva.

¹⁴ Procedimento feito com a carne suína, a qual era frita e conservada na gordura durante vários meses. Essa técnica proporciona à carne um gosto incomparável, porém não muito saudável em virtude do valor calórico.

também, que somente a casa do proprietário era abastecida pela energia, ficando as casas dos colonos desprovidas desse benefício. A iluminação era feita por lamparinas de querosene. Quando havia transmissões importantes na TV, como os jogos da copa, os moradores se reuniam na casa do “patrão” para acompanharem. Segundo comentário de um entrevistado, somente os proprietários de posses possuí aparelhos eletrônicos, tais como a televisão. Depois de alguns anos esse aparelho foi se popularizando, todavia as famílias assistiam muito pouco, apenas em alguns momentos do dia, sobretudo no horário dos telejornais. Isso acontecia por haver dificuldade em recarregar a fonte de energia do aparelho, a bateria. A carga do aparelho durava conforme a quantidade de uso, em média, conforme os entrevistados, sete dias, mas a recarga era difícil, já que era feita nas cidades, e o transporte do objeto (bateria) era complicado em virtude do peso, do meio de transporte utilizado e das condições do aparelho.

As crianças não precisavam deslocar-se às cidades para frequentarem as escolas, uma vez que havia vários estabelecimentos de ensino no espaço rural em virtude da grande quantidade de crianças em idade escolar residindo nessas localidades. Os materiais escolares não eram levados em mochilas, comum nos dias atuais, e sim nos chamados embornais¹⁵, feitos em casa com retalhos de tecido, principalmente o jeans. É interessante lembrar que não havia transporte público nem particular para levar essas crianças à escola. O percurso era feito a pé ou no lombo de animais. Entretanto, as crianças só tinham acesso ao primário (atual Ensino Fundamental I), pois o ginásio (atual Ensino Fundamental II) só era ofertado no espaço urbano. Dessa forma, os alunos que residiam até 10 km da cidade conseguiam frequentar a escola, com a utilização de bicicletas ou até mesmo a pé. As crianças que residiam a uma distância maior ficavam impossibilitadas, haja vista a dificuldade no traslado casa - escola. O mais curioso é que as pessoas que viveram essa realidade escolar recordam com alegria e saudade dessa época. Também é importante frisar que muitos alunos conseguiram vencer as dificuldades e tornaram-se bacharéis em diferentes áreas.

Desde cedo as crianças ajudavam nas atividades das propriedades. Geralmente eram tarefas das crianças tratar de animais, tais como porcos e galinhas, buscar água nas minas (não havia água encanada na época), apartar os bezerros¹⁶, apanhar lenhas para o abastecimento do fogão, levar merenda na roça¹⁷, dentre outras.

¹⁵ Sacola em que as crianças levavam os materiais escolares, feito em casa com pedaços de tecidos, principalmente de material jeans.

¹⁶ No final da tarde, os bezerros eram presos no curral, separados da mãe para que não mamassem, possibilitando acumular leite para ser retirado no outro dia de manhã, ou seja, realizar a ordenha.

¹⁷ Merenda era o lanche da tarde; utilizavam o termo roça para designarem a lavoura.

A independência da população quanto ao espaço urbano também era percebida na saúde. Muitos “males” eram tratados em casa, com a utilização de medicamentos caseiros. A população rural confiava muito na cura de enfermidades e problemas às “benzedadeiras”, que faziam orações, ensinavam remédios, chás e banhos feitos de ervas e raízes. As mulheres não tinham o hábito, e nem condições, de terem seus filhos nos hospitais, e os partos eram realizados por parteiras¹⁸. Quando uma mulher tinha um filho, as vizinhas logo se prontificavam a realizarem os serviços domésticos para a recém-mãe. Nas visitas ao bebê, os presentes eram bem diferentes dos levados atualmente. Ao invés de roupinhas e brinquedos, eram levadas, muitas vezes, galinhas e frangas¹⁹ para fazer a comida da mãe durante a dieta, a famosa canja de galinha. Todas as mulheres “guardavam” rigorosamente a dieta dos 40 dias após o parto, porque de acordo com os relatos de entrevistados, os problemas adquiridos na dieta só se curavam com a próxima dieta.

A população rural possuía algumas formas simples e peculiares de se divertir. Os homens gostavam de futebol, tinham times amadores e havia muitos campos destinados a esse esporte em sítios maiores, particularmente nos quais havia colônias. Um fato curioso estava na localização dos campos de futebol, os quais eram improvisados em pastos, e muitas vezes não apresentavam uma declividade propícia para o esporte. Os homens também tinham o hábito de freqüentar as vendas no final da tarde, muitas vezes somente para bater um papo e colocar “a prosa” em dia, como diziam à época. Raramente os pais chegavam com um doce para os filhos em casa; quando o faziam, era motivo de muita alegria. As festas dos padroeiros das comunidades eram verdadeiros acontecimentos, que reuniam muitas pessoas, inclusive de outras comunidades. Havia muitos bailes, os ditos “arrasta-pés”, que reuniam pessoas de todas as idades; esses eventos ocorriam, geralmente, no final da colheita, quando a tulha²⁰ já estava vazia, pois esses espaços transformavam-se em ambientes para a dança. Os casamentos não eram realizados em salões, e sim em barracas montadas nos terreiros da casa do noivo ou da noiva, e o cardápio ficava por conta das mulheres da família. Todos os anos, durante o mês de maio, aconteciam “a reza do terço”, quando os moradores católicos se reuniam cada noite na casa de uma família, para juntos rezarem. Alguns entrevistados revelaram que era hábito após o terço servirem um chá para os convidados. Foi relatado, também, que muitos namoros da época começavam nessas ocasiões, porque eram as moças que serviam o chá, e dessa forma, muitos rapazes solteiros aproveitavam a situação para fazerem a corte.

¹⁸ Mulheres que auxiliavam as gestantes na hora do parto, com conhecimento sobre o assunto, e cobravam pelo serviço prestado, configurando-se como uma profissão na época.

¹⁹ Acreditavam que a canja de galinha era muito importante para a recuperação e fortalecimento da mãe.

²⁰ Local onde o café era armazenado, ou depósito dos produtos da propriedade.

Comparando com as facilidades tecnológicas atuais, a vida no campo nas décadas de 1960, 1970 até 1980, é comum achar aquela vida muito difícil. Mas é fácil também encontrar muitas pessoas que recordam dessas experiências com saudades, e afirmam que eram muito felizes, logicamente que dentro das possibilidades da época.

Todas essas particularidades os produtores mantiveram anos após o fim do ciclo cafeeiro de 1975 e da entrada do novo modelo agrícola. Realça-se que os produtores rurais não queriam se render, pois além da experiência acumulada com o cultivo do café, também havia a estrutura do lote, a estrutura fundiária, o trabalho familiar não-remunerado, ou seja, muita coisa estava atrelada ao café, não somente no sentido econômico, mas também no sentido cultural e sentimental. Nesse contexto, a mudança de cultura implicaria em uma transformação direta no cotidiano das pessoas.

No município de Marialva, os pequenos proprietários conseguiram diminuir os impactos econômicos e sociais provocados pelo processo da modernização da agricultura graças à inserção da viticultura na década de 1980. Essa atividade foi, à época, a alternativa de sobrevivência para os pequenos produtores, pois conteve o processo de êxodo rural. Atualmente, a produção da uva se configura como a base econômica das pequenas propriedades de Marialva.

3. A UVA: A ALTERNATIVA E A NOVA BASE ECONÔMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

3.1 O papel da colônia japonesa, da Emater e do Estado

A uva é o fruto da videira, originária de clima temperado. Essa planta foi trazida ao Brasil, particularmente à região Nordeste, pelos portugueses. Pereira e Gumieiro (2008, p. 4) definem essa fruta como:

Originária da Ásia, da árida região do Cáucaso, a uva é um dos alimentos mais antigos da humanidade, existindo 6.000 anos a.C. No Brasil o cultivo se origina a partir de 1535, com mudas trazida pelos portugueses, porém o desenvolvimento da viticultura comercial brasileira somente ocorreu após a chegada de imigrantes italianos e portugueses no século XIX.

A uva é rica em cálcio, ferro, fósforo, magnésio, sódio e potássio; possui também vitaminas do complexo B e vitamina C.

Mesmo tendo sido introduzida na região Nordeste, atualmente as regiões Sul e Sudeste são as maiores produtoras do país. Sato (2000) assevera que foi a partir dos anos 1960 que houve a introdução no país da cultivar Itália, dando início à produção de uva fina de mesa no Brasil. Dados da União Brasileira de Vitivinicultura (UVIBRA) indicam que a produção de uvas no Brasil possui três destinações diferentes: para o comércio *in natura*, a chamada uva de mesa; para a produção de sucos; e para a produção de vinhos.

A introdução do cultivo da uva no Paraná teve forte participação da colônia²¹ japonesa, cujos imigrantes eram provenientes de localidades do Estado de São Paulo, sobretudo de áreas produtoras dessa fruta, como exemplo a região de São Miguel Arcanjo, município a sudoeste desse estado, uma área mais fria, em que a atividade conseguiu se adaptar com bons resultados. A colônia japonesa foi responsável pela disseminação da cultura da videira por todo o Norte do Paraná, principalmente nos municípios de Assaí, Uraí, Bandeirantes e Marialva, que são hoje os maiores representantes da viticultura. Destaca-se que essa atividade foi criando raízes nas localidades onde havia núcleos mais fortes da colônia. Segundo Werner Genta, membro da Associação Norte Paranaense de Estudos em

²¹A palavra colônia nesse contexto refere-se à comunidade.

Fruticultura (ANPEF²²), todos os núcleos de produção no Brasil não são oriundos de um planejamento estratégico de pesquisa e divulgação. Essa dinâmica se realiza através de tentativas e erros. Exemplo disso ocorre quando se insere determinada cultura em uma região, e serão as técnicas e os detalhes tecnológicos descobertos e adaptados que fortalecerão essa atividade.

Os polos de produção de uvas finas de mesa no Estado do Paraná são: Maringá, Cornélio Procopio e Londrina, sendo Marialva, Mandaguari, Uraí e Assaí os principais municípios produtores (KISHINO; GENTA; ROBERTO, 2009).

A colônia japonesa, por possuir um comportamento muito reservado, não disseminava os conhecimentos a respeito da cultura da uva. Porém, esse comportamento deve ser entendido dentro do contexto histórico das condições da imigração japonesa no Brasil, considerando que esses imigrantes sofreram muito preconceito e discriminação, justificando o fechamento das comunidades nipo-brasileiras perante a sociedade nacional. Esses imigrantes comentavam as características da viticultura somente entre amigos, mas nada que revelasse muito aos outros imigrantes interessados na cultura da uva. Os descendentes de outros grupos étnicos ficavam marginalizados do conhecimento dessa atividade, de certa forma “excluídos”. Para se ter uma ideia, as reuniões da Integrada e da Cotia, cooperativas as quais os japoneses eram sócios e compartilhavam o conhecimento das técnicas utilizadas, eram realizadas em japonês. Relatos do agrônomo Werner informam que em uma das reuniões, o palestrante era de nacionalidade japonesa e proferiu a palestra somente na língua de seu país. Dessa forma, os “brasileiros” ficavam excluídos do conhecimento produtivo. Não havia proibição na participação dos não descendentes de japoneses; no entanto, sem o conhecimento da língua na qual eram proferidas as informações era muito difícil entender uma “vírgula” (termo utilizado pelo técnico entrevistado).

Em Marialva, a uva teve suas primeiras produções a partir da década de 1960, exclusivamente em propriedades de descendentes de japoneses. Porém, ela começou a alcançar importância econômica no município somente no final da década de 1980 e início de 1990. O pioneiro na viticultura marialvense foi Toshikatsu Wakita, que erradicou seu cafezal para implantar a nova cultura, mesmo enfrentando dificuldades para conseguir as mudas para o plantio. A esse respeito Ricieri (2008, p. 45) propala:

²² Essa associação foi criada em 1996 com o objetivo de unir produtores para definir estratégias de expansão da atividade frutícola, priorizando o cultivo de uvas em função de sua importância no contexto da economia local. A associação também desenvolve estudos em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa.

Na região, apenas o produtor Hoshiya, de Maringá, plantava uva. Por medo da concorrência, ele resistia em ceder ramas ao insistente e persistente Wakita. Este propôs ao maringaense trabalhar de graça em sua propriedade em troca de alguns cavalos de uva. Feito isso, Wakita repassou parte das ramas a Keiji Yamanaka, seu vizinho de propriedade. Foi o início da cultura da uva em Marialva.

Alguns fatores influenciaram no crescimento econômico dessa cultura no município. Como resultado de uma pesquisa de técnicos das Cooperativas Integrada e Cotia, na década de 1980 Marialva conseguiu colocar no mercado brasileiro uva no período do Natal, época de excelente comercialização, haja vista as festividades realizadas nesse período. A existência de uva para essa data comemorativa era inédita, pois nenhum centro produtor conseguira esse feito até então. Isso foi possível, conforme Werner, pelo fato de o Norte do Paraná ter um inverno mais ameno do que o de São Paulo (regiões produtoras de uva) e também pela descoberta da Calcionamida²³ pelos técnicos das Cooperativas Cotia e Integrada. Esses dois fatores possibilitaram a realização da poda mais precoce e, conseqüentemente, a colheita mais adiantada.

Na época, o centro produtor nacional, São Miguel Arcanjo, colhia a fruta nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Como o município de Marialva conseguiu colher na melhor data para comercialização, o Natal, época quente em virtude do verão brasileiro, deu abertura para uma segunda safra, porque a temperatura alta acelera a brotação. Destarte, uma questão pode surgir perante essas informações: por que foi em Marialva que a uva se desenvolveu e não em outro município brasileiro? A resposta está nas pessoas, segundo Werner, pois são elas que fazem a diferença. Ainda citando o agrônomo, “um produtor que é esforçado, cuidadoso, capricha na execução das atividades, se torna um líder local e dissemina essas características pelos vizinhos, foi exatamente isso que aconteceu em Marialva”. No entanto, há um ponto a destacar no que se refere às características geográficas, já que o clima também influenciou nessa expansão. O município está situado em uma área mais alta, logo o inverno é mais ameno. Retornando à influência dos japoneses, estes se fixaram em determinada área do município, especialmente na localidade da Estrada Santa Fé, a qual, por sua vez, é a parte mais alta do município, menos suscetível a geadas, que por sinal também comprometem a viticultura.

Neste sentido, os primeiros produtores estavam no melhor lugar para o cultivo da uva na região. É dessa forma que se constitui um polo de produção, uma condição favorável, mas principalmente, não se pode deixar de mencionar as pessoas que se esforçam e adaptam as

²³ Produto químico utilizado na fase da poda da videira, auxilia a quebra de dormência da planta.

exigências da cultura à realidade natural da área. Essas características estavam presentes em Marialva, o que possibilitou a introdução e o desenvolvimento inicial da atividade no município.

Em meados da década de 1980, a uva começou a se popularizar no município de Marialva. À época, a região estava passando tardiamente pela transição do novo modelo agrícola, em razão da resistência da maioria dos pequenos produtores. As culturas modernas eram inviáveis para a estrutura fundiária predominante no município. De acordo com o agrônomo Werner, esse fato levou o Estado do Paraná a formular estratégias para a manutenção do homem no campo. Nesse âmbito, os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ficaram com a função de diversificar as atividades no meio rural para tentar evitar o êxodo rural, que já refletia em inúmeros problemas no espaço urbano. O então chefe da Emater em 1985, José Mazzia, enxergou na uva uma boa opção para a diversificação.

Essa atividade já era cultivada nas propriedades da colônia japonesa, porém não havia nenhum conhecimento por parte da equipe técnica do município sobre o cultivo da uva; esse conhecimento foi adquirido graças à ajuda de uma família da colônia japonesa, que permitiu o levantamento de dados de produção e de custos. Os técnicos envolvidos na empreitada da diversificação, com a análise dos dados coletados no campo, perceberam que a cultura era rentável e optaram por estimular o crescimento da viticultura no município. Esse estímulo ao crescimento iniciou-se com o I Encontro de Viticultores²⁴, que ocorreu na Câmara Municipal em 1987, reunindo 180 produtores, os quais, contudo, não possuíam o mínimo conhecimento do processo produtivo da viticultura. Isso valia tanto para os produtores mais antigos, cujo conhecimento obtido se dera através das experiências próprias, quanto para os produtores iniciantes, que desconheciam as técnicas dessa produção.

Os produtores interessados nessa nova atividade não conseguiam ter acesso ao grupo fechado da colônia japonesa, e a alternativa encontrada foi buscar o auxílio dos técnicos da Emater. Logo, a viticultura no município cresceu embasada em conhecimento tecnológico e técnico proveniente de pesquisas, ou seja, todo o procedimento empregado no sistema produtivo da cultura da uva passou por investigação e estudo. Apesar da existência de uva em outros espaços paranaenses, a fruta de melhor qualidade está em Marialva, nas palavras Werner (2009), “em virtude de todo o histórico de conhecimento aplicado na atividade”. Não obstante, há outro fator de grande relevância que influenciou a qualidade da uva marialvense;

²⁴ Encontro realizado todos os anos no município. Reúne produtores, expositores e técnicos que discutem e conhecem inovações para a atividade.

a mão-de-obra, visto que no município há o sistema de parceria e o trabalho familiar. Em grandes propriedades não se alcançaria a qualidade da pequena propriedade no tocante aos cuidados nos tratos culturais. Contudo, isso é eliminado quando se tem o sistema de parceira, porque mesmo em uma propriedade maior, cada família de parceiro será responsável por uma parcela de uva da propriedade, o que reflete diretamente na qualidade do produto, recompensado pelo reconhecimento do mercado.

Em entrevista no ano de 2009 com a atual diretora da Emater de Marialva, Silvia Capelari, esclareceram-se alguns critérios da instituição quanto à pequena propriedade e agricultura familiar. A agrônoma Silvia informou que atualmente há uma forte tendência de considerar a pequena propriedade como aquela onde há a agricultura familiar. Para ser assim considerado, o produtor tem que se encaixar no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que possui as seguintes exigências: renda bruta anual na propriedade de até 110 mil reais, possuir até 20 alqueires paulistas, não ter mais que dois empregados permanentes e a renda do produtor ser de 70% a 80% proveniente exclusivamente da agricultura. Essa classificação não foi sempre assim, anteriormente era utilizada a divisão por tamanho, como, por exemplo: até 20 hectares era pequena, de 20 a 40 hectares era média e acima de 40 hectares era considerada propriedade grande.

Atualmente a Emater não trabalha mais com o pequeno produtor; havendo uma mudança nos termos, haja vista que hoje se usa o termo agricultor familiar. Em Marialva ocorre algo curioso, pois os produtores não se encaixam sempre nos critérios do PRONAF, em virtude da uva ser uma cultura altamente rentável. Isso acontece porque o produtor que possui 6 hectares de uva se encaixa no requisito tamanho, porém em renda não, porque dependendo da safra (quantidade produzida e preço obtido), ele ultrapassa o valor de 110 mil reais/ano.

Alguns programas do governo ajudaram significativamente o desenvolvimento da viticultura no município. No dizer da diretora da Emater, o PRONAF marcou fortemente a viticultura, porque ele financia a juros baixos, dessa maneira atende muito aos produtores familiares de Marialva. Esse programa funciona da seguinte maneira: caso o produtor se enquadre no perfil exigido, ele poderá financiar com um prazo de 8 anos com juros de 8% ao ano, juros baixos em comparação com os praticados no mercado financeiro. Atualmente não é preciso nem avalista; dependendo do valor financiado, o governo não exige comprovante de garantias. O governo do Estado também desempenhou um papel bastante relevante na viticultura marialvense. Em conformidade com a diretora, se hoje 80% a 90% dos parreirais

de Marialva são telados²⁵ é em decorrência de um programa do governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), chamado “Paraná 12 meses”. Esse programa subsidiou em alguns anos cerca de 70% do valor da tela. No município, houve 20 produtores que receberam 100% do valor da cobertura; outros produtores, dependendo do tamanho, receberam 30%, 35% e até 70% de custeio, mas isso dependia da caracterização do produtor (maior – menor). Essa foi uma das marcas do programa, ajudar conforme o porte do produtor.

O programa estadual “Paraná 12 meses” incentivou e marcou muito a viticultura em um período de 10 anos (Iniciado no mandato do Governador Jaime Lerner em 1994 e com término no mandato do Governador Roberto Requião, em 2004). Quanto aos incentivos do governo municipal, os relatos de entrevistados revelam que o apoio mais significativo veio a partir do ano 2000. Anterior a isso, houve ajuda no cascalheamento de carregadores, que facilitava no escoamento da produção e algumas ajudas no encontro anual de viticultores. Em 2005 foi criado o “Parque da Uva”, um local destinado à realização dos eventos ligados à viticultura, com uma área de 127.615 m², localizado na Avenida Cristóvão Colombo, saída para o município de Mandaguari. Nesse local, está alocado um centro de eventos, a Casa da Uva (Figura 3), inaugurada em 7 de agosto de 2008, sob a gestão da ANPEF. A associação também possui uma área de 15 mil m² dentro do Parque, no regime de comodato, para a realização de pesquisas.



Figura 3: Casa da Uva, centro de eventos.

Fonte: SILVA-ALMEIDA, A. C. (novembro de 2009).

²⁵ Os parreirais são cobertos por uma tela específica, que protege contra ataque de pássaros e de chuvas de granizo.

O governo municipal criou, em 2004, em caráter inovador no país, uma lei denominada Lei da Uva Verde que pune os produtores que retiram dos parreirais e vendem frutos com baixo teor de açúcar. A Lei da Uva Verde surgiu com o objetivo de melhorar a qualidade da uva comercializada no município, reprimindo a comercialização de uva com nível de açúcar abaixo do permitido. O agrônomo Werner esclareceu o contexto da criação dessa lei. O Ministério da Agricultura criou, em 2002, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma lei que regulava a padronização de produtos agrícolas para comercialização. Na verdade, essa era uma medida para preparar o país para um período de transação eletrônica, ou seja, a compra no mercado mundial é feita sem a presença real do comprador, por isso o produto deve estar dentro dos padrões universais de qualidade. Essa padronização foi proposta para vários produtos, dentre eles a uva. A elaboração dos critérios de classificação da uva foi realizada por técnicos e órgãos relacionados à atividade. Alguns representantes da área técnica de Marialva participaram das reuniões para elaboração dos critérios a serem adotados. Nesse âmbito, hoje no Brasil há uma lei que determina que a uva para ser comercializada deve atender às normas de classificação e padronização, e um dos aspectos essenciais para esse padrão é o teor de brix, ou teor de açúcar natural da fruta, que deve ser de 14 graus. É válido ressaltar que não é o produtor quem faz essa classificação; isso deve ser feito por órgãos ou profissionais credenciados (WERNER, 2009).

Há uma lei em Marialva que incumbe o Poder Público Municipal pela fiscalização do teor de brix da uva. Essa lei ajudou na melhoria da imagem da uva de Marialva perante os principais mercados consumidores, como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e as Centrais de Abastecimento (Ceasa) de várias localidades. A uva marialvense era conhecida, em consonância com a diretora da Emater, como “uva limão”, o que prejudicava sua comercialização. Isso acontecia pelo fato de alguns produtores tentarem ganhar “vantagens” no início da colheita, já que nessa época o valor do quilo do produto é maior, embora essa prática prejudique o restante da produção. A fiscalização é feita por funcionários encarregados da prefeitura em barracões que recebem a uva do produtor e nas propriedades; caso a média das amostras não atinja o teor mínimo, a uva é descartada. Essa fiscalização não se restringe ao município, no Ceagesp há um fiscal que analisa as uvas de Marialva. Semanalmente é repassada à Secretaria de Agricultura do município, via fax, a quantidade de uva marialvense recebida na central, o nome do produtor e a média de brix; caso seja encontrada alguma irregularidade, a Secretaria toma as medidas cabíveis à situação, que consiste na notificação do produtor.

A classificação da uva é realizada por técnicos credenciados pela SEAB, os quais são os responsáveis pela emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), que consiste na certificação da origem e da sanidade dos produtos agrícolas e florestais, além de garantir sua credibilidade junto ao comércio nacional e internacional (Anexo A). O objetivo desse procedimento é evitar a dispersão de pragas para áreas indenizadas, ou seja, aquelas ainda sem a presença dessas pragas, visando à manutenção do patrimônio fitossanitário nacional e à preservação da competitividade da agricultura.

3.2 O parreiral fixa o homem no campo

Com a implantação do novo modelo agrícola no Paraná após 1975, em virtude da crise do café, houve um grande deslocamento populacional. Muitos municípios registraram taxas altíssimas de êxodo rural em virtude da dispensa de mão-de-obra e venda dos lotes menores, que empregavam um grande número de pessoas em decorrência do trabalho familiar utilizado. Nas áreas onde havia o predomínio da pequena propriedade esse movimento foi mais tardio, devido à mínima dependência do setor urbano e de seus produtos. A dinâmica existente nessas áreas possibilitou a permanência das famílias no campo por mais tempo, pois os alimentos eram produzidos na propriedade, os remédios eram caseiros, as escolas situavam-se na área rural, não havia pagamento de salários, uma vez que o trabalho era familiar. Dessa forma, tudo o que as pessoas dali necessitavam não estava ligado diretamente ao urbano e ao capital.

O novo modelo agrícola teve impactos na distribuição da população rural de Marialva na década de 1970 para 1980. Os dados do IBGE revelam que nesse período a população rural diminuiu 61%, porém a população urbana registrou um aumento de 36%, demonstrando ainda que a população que saiu do campo naquela época não se dirigiu exclusivamente para a área urbana de Marialva. Isso é explicado pelo fato da população, nesse período, estar se deslocando para centros urbanos maiores, e não somente da zona rural para a zona urbana mais próxima.

(...) parte considerável dos retirantes paranaenses dirigiram-se a outros Estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista (...) há, ainda, um numeroso conjunto de retirantes que se dirigem,

preferencialmente, às cidades, pólos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e as suas cidades satélites, e com maior fluxo, à região metropolitana da capital paranaense (MORO, 2001, p. 114).

É importante lembrar que o município de Sarandi, até o ano de 1982, pertencia a Marialva, e registrou naquele período uma mudança em número populacional muito significativa. O censo demográfico do IBGE estima que, em 1970, o então distrito possuía uma população total de 6.304 pessoas, sendo que desse número apenas 1.006 eram residentes no espaço urbano. Já no ano de 1980, a população total era de 18.853 habitantes, com um registro de população urbana de 17.030 pessoas. Logo, nesse período, um dos distritos de Marialva possuía uma população maior que a do município. Acredita-se que Sarandi, pela sua proximidade²⁶ com Maringá, centro regional desde a época da colonização, cresceu muito rapidamente, absorvendo grande número da população excluída do campo. A partir da década de 1990, a população total de Marialva não registrou diminuição em seu número (Figura 4). As poucas variações ficaram restritas à zona rural, decorrentes de alguns fatores específicos envolvendo essa população.

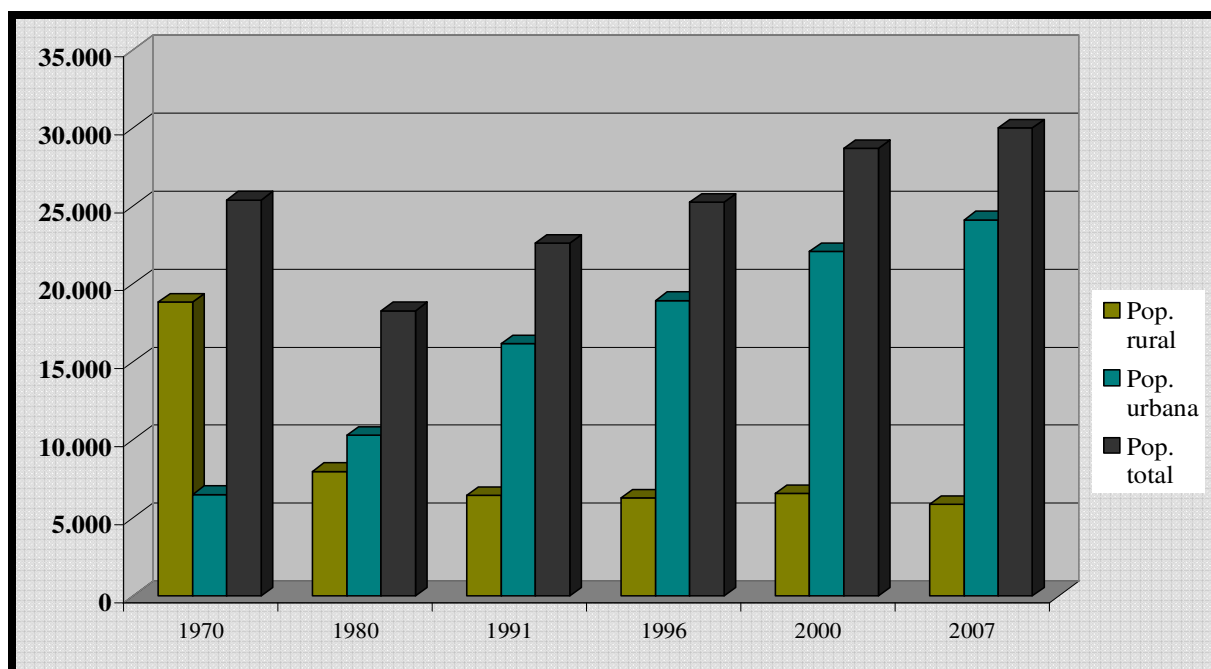


Figura 4 – Movimento populacional do Município de Marialva (1970 a 2007).

Fonte: IBGE - Censos demográficos (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007).

Organização: SILVA-ALMEIDA, A.C. (2010).

²⁶ As áreas urbanas de Sarandi e Maringá em 1980 não eram muito próximas; atualmente são conurbadas.

Esse grau de variação ocorrido com a população de Marialva não foi comum na maioria dos municípios do Norte do Paraná, demonstrando que no município houve um período em que ocorreu o êxodo rural, no entanto houve uma contenção do processo, graças à implantação de uma cultura diferenciada, a uva, que ocupa elevado número de mão-de-obra e gera lucros consideráveis, o que mantém o homem no campo.

O crescimento significativo da viticultura no município de Marialva data de meados da década de 1980. A partir dessa época, muitas pessoas garantiram sua sobrevivência com base na cultura da uva. Essa alternativa de sobrevivência propiciou excelentes resultados e se estabeleceu como a base econômica da pequena propriedade. Os produtores encontraram muitas vantagens nessa cultura, sobretudo os pequenos produtores, que não conseguiriam absorver os produtos modernos do novo modelo agrícola. O espaço destinado a essa cultura era muito menor do que os exigidos por todas as outras, possibilitando, dessa maneira, o aproveitamento dos mínimos espaços, que seriam ignorados pelas culturas mecanizadas. O módulo rural para a produção da uva em Marialva gira em torno de 4 a 5 mil metros, ou seja, com meio hectare uma família consegue viver de maneira satisfatória no município.

Na cultura da uva, a mão-de-obra configura-se como o principal fator de produção, porque a videira necessita de cuidados diários, sendo que todo e qualquer trabalho nela realizado exige mão-de-obra especializada, não havendo muitos maquinários. Entretanto, isso não significa que não há tecnologia. A viticultura é uma atividade moderna, utiliza técnicas e produtos que incorporam tecnologia. A mão-de-obra a ser empregada nessa atividade deve estar bem treinada, já que o reconhecimento imediato das principais pragas e doenças é fundamental para o êxito em sua eliminação. Também é fundamental o conhecimento sobre os momentos ideais para a execução das principais intervenções e trabalhos manuais.

O ciclo da videira sofre variação conforme o período da safra; em média 130 a 145 dias para o cultivo de época normal e 115 a 125 dias para o cultivo da safra temporona. A safra normal se estende do mês de junho a dezembro e a safra temporona²⁷ de janeiro a maio. Do início da brotação até a floração há um prazo de 30 a 40 dias; e da floração à colheita 85 a 100 dias.

Para que haja o real entendimento do quanto a mão-de-obra é importante no sistema produtivo da viticultura, segue a descrição em forma de quadro e as imagens dos principais tratos culturais realizados na planta:

²⁷ Safra realizada fora da época normal, no cultivo de cereais é conhecida como safrinha.

Fase	Técnica utilizada	Procedimentos
-	Plantio	Utiliza-se um porta-enxerto que serve de base para iniciar a cultura.
-	Enxertia	Realizada um ano após o plantio do porta-enxerto. É a fase em que o produtor escolhe a variedade a ser cultivada em sua propriedade.
1ª	Poda	É o corte do galho principal e a retirada de todas as folhas para a formação de novos galhos.
2ª	Aplicação de Calcionamida	É utilizado para a quebra de dormência, estimulando a brotação e fazendo com que ela aconteça de maneira uniforme.
3ª	Amarração	Os galhos ainda sem brotos são presos aos fios do parreiral, para evitar que os brotos quebrem.
4ª	Desbrota	É a retirada do excesso de brotos; esse procedimento é realizado em média 3 vezes na colheita, pois evita o ataque de doenças e facilita a ação dos agrotóxicos.
5ª	Amarração	São executados quando o ramo atinge 50 a 70 centímetros de comprimento para facilitar as próximas operações manuais e repassados sempre que necessário.
6ª	Pente	Utilizado uma semana antes do florescimento para eliminar o excesso de inflorescências. Dessa forma, os cachos crescem com maior uniformidade.
7ª	Desnetamento e capação	É a retirada dos brotos secundários que se desenvolvem nas axilas das folhas do broto principal e a capação ou desponete é feita nas ramas de plantas com excesso de vigor uma semana antes da floração, eliminando-se a extremidade da rama com a unha ou tesoura, para melhorar o vingamento do fruto.
8ª	Raleio	É a eliminação de excessos de bagas mal formadas, danificadas, sem sementes ou doentes. Em média deixa-se 60 a 90 bagas por cacho.
9ª	Aplicação de hormônio	Tem a finalidade de uniformizar a бага e também

		aumentar seu tamanho.
10 ^a	Limpeza	É a retirada de bagas danificadas e não desenvolvidas, pode ser realizada mais de uma vez na safra, depende das condições climáticas.
11 ^a	Colheita	É a retirada do fruto para comercialização.
12 ^a	Embalagem	A fruta é colocada em caixas apropriadas para que sejam transportadas até o destino para a venda ao varejo.

Em todas as fases são feitas pulverizações diariamente de fungicidas e inseticidas para o controle das principais doenças, como: antracnose, míldio, oídio e podridão²⁸

Fonte: Sidney de Almeida²⁹.

Organização: SILVA-ALMEIDA, A.C. (2010).



Figura 5 – Montagem da estrutura do parreiral.

Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).

²⁸ Antracnose: Conhecida como olho de passarinho, ataca as partes jovens da planta, como ramas, flores, folhas e frutos.

Míldio: Causado por um fungo que ataca todas as partes verdes em fase de crescimento da planta.

Oídio: Causado por um fungo pode causar rachadura na baba, que depreciam comercialmente a produção.

Podridão: Altas temperaturas, umidade, fermento e excesso de adubação nitrogenada são condições ideais para seu desenvolvimento.

²⁹ Técnico Agrícola vinculado a um estabelecimento comercial de produtos agropecuários.



Figura 6 – Porta enxerto.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A.C. (agosto de 2009).



Figura 7 – Fase da enxertia.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 8 – Primeiros brotos do enxerto.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (dezembro de 2009).



Figura 9 – Enxerto na fase da formação das primeiras guias.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (dezembro de 2009).



Figura 10 – Parreiral podado.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 11 – Início das brotações dos galhos.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 12 – Cacho na fase do pente e os galhos na desbrotagem.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 13 – Produtores realizando a amarração dos galhos.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 14 – Cachos com bagas prontas para o raleio.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (agosto de 2009).



Figura 15 – Cachos com bagas em maturação, momento da realização da limpeza.
Foto: DA SILVA, P. R. (outubro de 2009).



Figura 16 – Parreiral com uva pronta para a colheita.
Foto: Prefeitura Municipal de Marialva.



Figura 17: Uva colhida.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (janeiro de 2010).



Figura 18: Uva colhida e pronta para ser embalada.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (janeiro de 2010).



Figura 19: Uva embalada.

Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (janeiro de 2010).



Figura 20: Uva embalada para o transporte.

Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (janeiro de 2010).

O cultivo da uva demanda cuidados diários, por isso é muito difícil produzir apenas com a utilização de mão-de-obra temporária, diferentemente do que acontece em outras culturas. Isso explica o fato dessa atividade absorver grande quantidade de trabalho familiar. Todavia, isso é recompensado financeiramente, pois os membros da família lucram satisfatoriamente com o trabalho executado.

Portanto, as três características marcantes da viticultura que fixam o homem no campo estão relacionadas com a dimensão espacial ocupada pelos parreirais, a exigência da cultura quanto à mão-de-obra e ao retorno financeiro da atividade, ou seja, ao alto nível de lucratividade. Dessa forma, compreende-se como a viticultura conseguiu conter o processo de êxodo rural no município a partir da década de 1980.

3.3 A manutenção da pequena propriedade

A modernização da agricultura ocorreu no Paraná na década de 1970, sendo a geada de 1975 o marco histórico da entrada do novo modelo agrícola. No município de Marialva, anos antes já se observavam alguns indícios da mudança de cultura. No ano de 1969, por exemplo, já havia estabelecimentos agropecuários com a cultura da soja, produto que não

constava do cotidiano das pessoas, não havendo indícios de sua utilização como alimento *in natura* ou como matéria-prima para a produção de outros alimentos, como é o caso do milho e do trigo, utilizados na alimentação direta e na fabricação de farinha, respectivamente. No entanto, os reflexos mais consideráveis apareceram somente na década de 1980.

Verifica-se com a análise dos dados dos censos agropecuários de 1960 a 2006, que o número de estabelecimentos com lavoura permanente vem crescendo significativamente nos últimos anos em relação àqueles com lavoura temporária, como mostra as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1985, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos ³⁰	Área (ha) ³¹	Nº de estab. com lavoura temp.	Área (ha)
1960	2.408	54.272	1.068	6.598
1970	3.877	53.423	2.422	15.657
1985	1.294	45.420	1.079	28.026
1996	1.177	45.878	933	32.182
2006	1.665	36.756	991	22.857

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1960, 1970, 1985, 1996, 2006). SILVA-ALMEIDA, A.C. (org).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos com lavoura permanente em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1985, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estab. com lavoura perm.	Área (ha)
1960	2.408	54.272	2.228	33.567
1970	3.877	53.423	2.581	17.277
1985	1.294	45.420	334	2.451
1996	1.177	45.878	612	4.949
2006	1.665	36.756	885	2.183

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1960, 1970, 1985, 1996, 2006). SILVA-ALMEIDA, A.C. (org).

³⁰ A somatória do número de estabelecimentos com lavoura permanente e com lavoura temporária é maior que o número total de estabelecimentos, pois há estabelecimentos que possuem ambas as culturas.

³¹ A somatória das áreas dos estabelecimentos com lavoura temporária e com lavoura permanente não chega ao valor total de área, pois existem outros tipos de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, exemplo da pecuária.

Em estudo mais detalhado, verifica-se com base nas Tabelas 1 e 2 que no ano de 1960 o número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva não atingia a metade dos que possuíam a lavoura permanente, uma diferença de 1.160 unidades. A vantagem das lavouras permanentes era mais visível na área ocupada. Os estabelecimentos do município ocupavam uma área total de 54.272 hectares; desse valor 62% pertenciam aos estabelecimentos cuja lavoura permanente era dominante. Esses estabelecimentos possuíam, predominantemente, a cultura do café. Já a lavoura temporária tinha como representantes o milho, o algodão, o arroz, o feijão, o trigo, o aipim e a batata inglesa. Os produtos que ocupavam as maiores áreas eram o feijão, o arroz e o algodão, com 7.607 ha, 1.384 ha e 1.132 hectares, respectivamente.

Em 1970 iniciaram-se algumas modificações nessas distribuições. Os estabelecimentos com lavoura temporária registraram um aumento de mais de 100%, assim como as áreas por eles ocupadas. As lavouras permanentes registraram um pequeno aumento, contudo perderam significativamente suas áreas, cerca de 49% do total anteriormente ocupado, indicando que a lavoura permanente perdeu espaço para a lavoura temporária. Como na época o maior representante da cultura permanente era o café, eventos que o afetassem refletiriam imediatamente na distribuição espacial, e foi exatamente o que aconteceu. Em 1969 ocorreu uma forte geada na região Norte do Paraná, que comprometeu a produção cafeeira daquele e do ano seguinte. Esse foi um fator desestimulante para alguns produtores, que já iniciaram mudanças na cultura das propriedades.

Um dos entrevistados relatou que alguns produtores da época apostaram todas as economias na cultura da soja, argumentando que esse produto era livre de problemas, sobretudo no âmbito climático. Outros produtores resolveram investir no algodão, que de 1.132 hectares em 1960 saltou para 3.765 hectares em 1970, com uma produção 78% maior. Já o arroz saltou de 1.384 hectares para 5.044 hectares, com aumento de 82% na produção. Assim também a soja, que em 1960 não tinha registro de produção, em 1970 apresentava uma produção e área ocupada equivalente à do milho (produto muito mais comum e utilizado de diversas formas nas propriedades).

Apesar dessas modificações ocorridas nas duas primeiras décadas analisadas, foi somente na década de 1980 que se verifica uma inversão considerável dessas lavouras, fato que aconteceu tardiamente em virtude da resistência do pequeno produtor familiar. Em 1985, os estabelecimentos com lavoura permanente chegam ao menor número no período analisado (1960 a 2006), e comparativamente os estabelecimentos com lavoura temporária também registraram uma diminuição em número; entretanto, a área aumentou aproximadamente 44%,

evidenciando a concentração fundiária ocorrida no município. Na década de 1980 no Paraná, a soja atingiu o domínio no espaço agrícola:

A soja foi a cultura ideal de substituição do café, planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e de apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980 (...) Em 1980 as culturas temporárias ocupam 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja (SWAIN, 1988, p. 31).

Essa realidade é diferente em 1996, porém as informações são de um intervalo de 11 anos (1985-1996); nesse período houve a inserção de uma cultura diferenciada no município, a uva, que ganhou relevância econômica no contexto da pequena propriedade em virtude de sua rentabilidade. Nos últimos 10 anos, os estabelecimentos com lavoura permanente em Marialva cresceram 30%, em contrapartida com os estabelecimentos de lavoura temporária, que registraram 6% de aumento. Esse crescimento está relacionado com a expansão da viticultura, porque a cultura permanente que ocupa a maior área dentre as cultivadas no município é a uva, com 1.530 hectares. O segundo produto com maior representatividade em área é o café, com 140 hectares.

Em Marialva, há um grande número de pequenas propriedades em relação às grandes. Dados levantados junto à Secretaria de Agricultura de Marialva revelam o número de propriedades, conforme ilustra a Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 – Número de propriedades agrícolas em Marialva em 2003, 2004, 2005

Classificação da propriedade	Nº de propriedades	Área (ha)	Área média (ha)
Grande - acima de 500 ha	11	6.474,800	588,6181
Média- entre 200 – 500 ha	128	12.014,900	93,86640
Pequena – entre 15 - 200 ha	793	20.769,900	26,1915
Minifúndio	1101	7.545,100	6,8529
Não classificada	14	7,200	0,5142
TOTAL	2.047	46.811,9	22,8685

Fonte: INCRA – Relação de C.C.I.R 2003/2004/2005. – SILVA-ALMEIDA, A.C.(org).

É importante frisar que o módulo rural em Marialva é de 14 hectares; logo, o município apresenta um grande número de minifúndios segundo os critérios do INCRA, o que se constituiria em um sério problema em outros espaços. Marialva não apresenta problema quanto à proliferação de minifúndios, pois a atividade relevante desses espaços ocupa uma dimensão espacial bem menor que o módulo do município.

Diante apenas desses dados já é possível afirmar que em Marialva o predomínio é de pequenas porções de terras, já que a dimensão média (área) das propriedades é de 22 hectares, ou seja, não chega a 2 módulos.

3.4 A uva como ferramenta de propaganda

A viticultura foi a alternativa de sobrevivência para as pequenas propriedades de Marialva diante do processo da modernização da agricultura. Essa atividade se consolidou e tornou-se a base econômica desses pequenos espaços de produção. A importância da uva para o município foi reconhecida pela população e tornou-se objeto de propaganda. Marialva é conhecida hoje como a “Capital da Uva Fina”, slogan presente em panfletos, na logomarca do governo municipal, em sites de empresas do município, dentre outros (Anexo B). Em lei aprovada em 28 de setembro de 2009 na Assembleia Legislativa do Paraná, o Município de Marialva passou a ser denominado Capital da Uva fina, como forma de referencial de identidade para captação de recursos ou investimentos no setor de agronegócio (Anexo C).

Veiga (2005) propõe que o trunfo que reside na construção de uma imagem de marca identitária graças à valorização do patrimônio natural, histórico e cultural de determinada área geográfica é uma importante estratégia do desenvolvimento rural.

Em 2004, foi construído na entrada do município um gigantesco cacho de uva, com 17,9 metros de altura, 9 metros de largura e 12 metros de diâmetro (Anexo D). O objetivo da construção desse monumento foi divulgar a atividade de grande relevância econômica para o município e tornar-se atrativo para a visita de turistas.

Da mesma forma que uma empresa elabora cuidadosamente um símbolo que a ajude a fidelizar clientela, ou conquistar novo segmento de mercado, atores e agentes do desenvolvimento rural precisam empenhar-se em investir coletivamente no plano simbólico como forma de promover seu território (VEIGA, 2005, p. 83).

Anualmente no município acontece a Festa da Uva Fina³², a qual inclui o concurso para a escolha da Rainha da Uva³³, a premiação aos vencedores das melhores uvas expostas, o concurso de chupadores de uva, além de barracas típicas, parque de diversões e shows. A festa é mais uma forma de divulgação da viticultura do município.

Outro fato interessante de lembrar é que diversos eventos que acontecem no município no decorrer do ano têm relação com a viticultura, tais como a Cavalgada da Uva, o Enduro da Uva e o Rodeio da Uva.

³² Realizada pela primeira vez em 1987, com o objetivo de promover e apoiar a produção do município.

³³ Concurso de beleza que credencia a vencedora a participar do Concurso Miss Paraná, representando o município.

4. PEQUENOS PROPRIETÁRIOS, GRANDES EMPRESÁRIOS

4.1 A administração do negócio e as relações de produção

A viticultura marialvense enfrentou sérios problemas quanto à comercialização no final da década de 1990. No ano de 1995, a uva estava em franco crescimento no município de Marialva. Relatos do agrônomo Werner (2009) dão conta que os registros da época apontavam que essa atividade aumentava cerca de 100 a 150 hectares por ano. Nos anos seguintes, o município se deparou com o problema da falta de planejamento no destino do produto. Havia muito produto disponível e poucos compradores, o que acarretou sérios problemas quanto ao pagamento da uva vendida. Em decorrência dessa grande oferta de produto no mercado, muitos “oportunistas” ingressaram no ramo de compra da fruta, o que culminou em vários calotes. Esses calotes, segundo Werner, aconteceram pelo fato de pessoas não preparadas financeira e tecnicamente se aventuraram no comércio da uva.

Apesar do problema da comercialização, o crescimento registrado nesse período foi muito importante para o município, na medida em que o consolidou como um centro produtor. Isso refletiu na instalação de estabelecimentos comerciais de produtos destinados ao cultivo da uva, dessa forma a tecnologia destinada a essa atividade chegou primeiro em Marialva, depois foi disseminada para outras áreas. Assim, o município de Marialva se tornou um polo difusor de tecnologia para a viticultura. Exemplo da representatividade tecnológica do município está no fato de algumas empresas que comercializam produtos para a viticultura possuírem clientes em outros municípios, como Assaí, Uraí e Bandeirantes (Anexo E).

A uva cresceu até 1995, passou por um período delicado de produção e comercialização, e chegou ao ano 2000. Neste ano em que ocorreu uma forte geada, no dia 24 de julho, comprometendo todos os parreirais que já haviam sido podados. Dessa forma, de acordo com as informações dos técnicos, esses parreirais tiveram que ser repodados. Em virtude do atraso que houve com a poda, a uva foi colhida em janeiro, e não houve fruta para o Natal. Toda a região colheu a fruta no pior mês do ano e na pior semana para comercialização, a primeira semana de janeiro, época que as pessoas estão de férias e o consumo da fruta cai bruscamente, fazendo com que o produto sobre nos mercados e perca preço rapidamente. Alguns produtores, no período, receberam 0,07 centavos pelo kg da uva.

Diante dessa situação complicada, muitos produtores deixaram a atividade, e essa época coincidiu com o crescimento da soja.

A leguminosa estava com preço bom³⁴, em torno de 50,00 reais a saca de 60 kg, o que comprometeu a cultura da uva, visto que os produtores que possuíam 10 a 20 hectares da fruta como diversificação em geral a arrancaram. A partir desse momento, os produtores começaram a antecipar a poda de junho, apesar de ser tecnicamente mais arriscada, em consonância com o técnico agrícola Sidney Almeida. Todavia, depois de estudos percebeu-se que há um intervalo de duas semanas em que o risco é menor, no que se refere ao frio. Dessa maneira, é possível colher a uva em novembro e dezembro, período de melhor preço no mercado. Em 2005, segundo o agrônomo Werner, colheu-se 40% da safra em novembro, ou seja, foi como se tivesse arrancado metade da uva; logo, faltou a fruta no Natal. Desde então a uva atingiu preços satisfatórios para os produtores.

Apesar da grande expansão na década de 1990, foi somente a partir de 2004 que a uva ganhou maior espaço perante os produtos agrícolas do município. Em análise dos dados dos Censos Agropecuários dos anos de 1960, 1970, 1985, 1996 e 2006 (Tabelas 4 e 5), referentes à área plantada e ao rendimento médio do milho, da soja, do café e da uva, percebe-se a trajetória positiva e negativa dessas culturas.

Tabela 4 - Produção do milho, da soja, do café e da uva em 1960, 1970 e 1985

Produto	1960		1970		1985	
	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg por ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg por ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (kg por ha)
Milho	10.017	654	8.660	1.489	3.326	2.623
Soja	*	*	8.326	1.221	21.161	2.250
Café	31.884	1.309	114	201	1.914	1.719
Uva	*	3 t ¹	45	5.088	124	10.459

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1960, 1970, 1985). SILVA-ALMEIDA, A.C. (org)

* Sem registro de produção.

¹ Valor total da produção

No ano de 1960, a soja não tinha registro de produção no município; porém na década de 1970 sua área colhida já era equivalente à do milho. A uva também não apresentou

³⁴ O preço médio da saca anterior a esse período era de 15,00 a saca. Em novembro de 2009, a saca da soja estava sendo comercializada a 43,00 (25/11/09).

um grande significado no primeiro ano de análise. Já em 1970 apresentou uma produção de 228 toneladas, um valor bastante significativo e com uma produtividade maior do que as culturas comparativas. O café no ano de 1970 teve uma baixíssima produção em virtude de uma geada ocorrida em 1969.

Em 1985, a organização agrícola modificou-se complementemente. A soja ganhou uma área significativa, 10 vezes maior que a uva e o café juntos. No entanto, o seu rendimento era equivalente ao do milho e menor que o da uva, uma diferença de mais 400%.

Nos últimos anos analisados, a soja continuou com a mesma área colhida, não houve muitas modificações. Todavia, o café perdeu muito espaço, sua área reduziu-se para 140 hectares, enquanto a uva saltou de 339 hectares para 1.530 hectares. Dessa forma, todos os dados levam a crer que nas últimas décadas o café não perdeu sua área para a soja e sim para a cultura da uva.

Tabela 5 - Valores de produção do milho, da soja, do café e da uva em 1996 e 2006

Produto	1996			2006		
	Área colhida (ha)	Valor da produção (Mil reais)	Rendimento médio (kg por ha)	Área colhida (ha)	Valor da produção (Mil reais)	Rendimento médio (kg por ha)
Milho	4.445	1.835	3.300	19.500	25.946	5.026
Soja	22.249	12.347	3.011	21.500	27.090	2.800
Café	615	532	770	140	475	892
Uva	339	6.258	17.194	1.530	59.373	26.762

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1996, 2006). SILVA-ALMEIDA, A.C. (org).

O rendimento médio da uva saltou de 17 mil kg para quase 27 mil kg por hectare, tendo também um rendimento mais significativo do que as culturas da soja e do milho, *commodities* produzidas nas grandes propriedades e grandes “vilãs” no contexto nacional perante a pequena propriedade. Há grande investimento na cultura da uva a fim de melhorar sua produtividade, uma vez que os produtores incorporaram as tecnologias e as aplicaram em suas propriedades. Em 1996, a cultura da uva rendeu 6 milhões de reais; já em 2006 esse valor passou de 59 milhões de reais. O valor da produção da viticultura é bem maior que a soma dos maiores representantes das lavouras temporárias (Anexo F). O valor do PIB de Marialva em 2007, conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipar-des-2009), foi de 233.760.789 reais, sendo que desse total a produção agrícola foi responsável por

82.045.588, do qual a viticultura contribuiu com 60.150.000 reais, ou seja, mais de 50% do valor da produção agrícola de Marialva é proveniente do cultivo da uva.

Essa importância econômica não é significativa apenas para o município, mas também para os produtores, que alcançaram uma boa qualidade de vida e consideram-se satisfeitos com a cultura.

O título de Capital da Uva Fina do Paraná é pelo fato de o município possuir a maior área destinada à cultura da uva no Estado, em consonância com os dados do censo agropecuário do IBGE de 2008, cerca de 1.550 hectares, ou 30% do total, enquanto que os municípios que seguem Marialva no *ranking* espacial, Assaí e Uraí, possuem 240 ha e 206 ha, respectivamente. A produção de uva no Paraná em 2008 foi de 101.500 toneladas; desse total, Marialva contribuiu com 42.808 toneladas, ou seja, mais de 42% do total. Em contrapartida, os municípios que ocupam o 2º e 3º lugar foram responsáveis, juntos, por menos de 10% da produção total (IBGE, 2008).

4.2 Características das pequenas propriedades

Para entender a dinâmica da pequena propriedade produtora de uva em Marialva, incluindo sua estrutura econômica e social, foram realizadas entrevistas com 70 pequenos produtores. Foi escolhida a classe de pequenos viticultores residentes na propriedade. Todas as localidades que continham quantidade expressiva de parreirais com trabalho familiar foram visitadas, sendo elas: Estrada Santa Fé, Estrada Marialva, Estrada Caraná, Estrada Keller, Estrada Kiri, Estrada Cooperativa, Estrada Perobinha, Estrada Iti e Estrada Fruteira. Apesar de o número representar apenas 10% do total de produtores, a realidade retratada atinge a maioria das propriedades. Na ocasião das visitas percebeu-se um grande número de produtores que tem como vizinhos seus próprios parentes, irmãos, cunhados, pais e primos, excluindo, dessa forma, a necessidade de maior número de entrevistas em determinada localidade.

As principais questões levantadas junto aos produtores foram: quando iniciou a atividade desenvolvida atualmente na propriedade; há quanto tempo reside na propriedade; qual a ocupação anterior; o número de pessoas ligadas às atividades e se há ocorrência de contratação mão-de-obra temporária; o número de bens que possuem (carro, televisão colorida, DVD, computador); os bens da propriedade (infraestrutura para a atividade); as

vantagens e desvantagens da atividade; se há vontade em mudar de atividade; e o papel da assistência técnica no processo de produção.

Os pequenos produtores estão na atividade, como proprietários, em média há 10 anos. Todos eles já tinham contato com a uva anteriormente, eram parceiros de proprietários maiores. Através de muito esforço e boa administração da renda obtida como parceiro esses produtores conseguiram economizar e comprar o próprio lote.

A dimensão espacial dos lotes fica na média de 1 a 2 hectares. Neles há o parreiral, a casa do proprietário, o barracão para manuseio da uva e ocasionalmente a casa de um parceiro (Figura 21).



Figura 21: Organização espacial das pequenas propriedades produtoras de uva.

Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (novembro de 2009).

Alguns produtores conseguiram em alguns anos se estabelecer economicamente, a ponto de virarem donos do negócio e patrões. Outra característica importante é a expansão da propriedade, já que alguns produtores compraram outras propriedades, e são principalmente esses que possuem os parceiros. Isso é facilmente entendido quanto se observa a renda da uva, cuja média de produção é de 18 mil kg por hectare, e a média de preço nos últimos anos foi de 1,50 reais; logo, a produção de uma safra em 1 hectare é de 27 mil reais. Um dos diferenciais de Marialva é a existência de duas safras anuais, por conseguinte essa renda vai para 54 mil

reais anuais. A necessidade da cultura em 1 hectare é de 3 pessoas trabalhando, o que rende um salário mensal de 1.500 reais por pessoa.

Isso seria fantástico se não houvesse os gastos no processo produtivo. A cultura da uva é muito cara. Em toda a safra é necessária a compra de inúmeros insumos, que chegam a custar mais de 5 mil reais (Apêndice A). Em decorrência das duas safras anuais, o valor total é de mais de 10 mil reais. Esses insumos devem ser utilizados independentemente de haver carga³⁵ ou não, e muitas vezes o produtor tem que gastar esse valor para não colher nada. Isso acontece pelo fato da necessidade de cuidar do galho da planta, pois serão deles que virão os próximos galhos e consequentemente os frutos na próxima safra.

Destaca-se que todas as atividades agrícolas apresentam alto risco de insucesso, já que estão suscetíveis às condições adversas do tempo, à ocorrência de doenças e pragas e a mercados desfavoráveis (comercialização). Em todos os anos também é realizada a adubação, que consiste na abertura de covas próximas ao pé da planta para depositar os produtos necessários a ela; esse procedimento é executado apenas uma vez ao ano e chega a custar até 5 mil reais. Durante as entrevistas, alguns produtores revelaram que todo ano é colocado o valor de uma motocicleta nova no parreiral, mas isso não é garantia de produção. De acordo com Kishino (2007) o viticultor que não cuida do solo está inviabilizando, a médio e em longo prazo, sua própria fonte de renda, porque a base do sucesso de qualquer empreendimento agrícola é a melhoria progressiva e a manutenção da capacidade produtiva do solo.

A renda obtida supera o valor dos gastos; no entanto, quando não há produção em decorrência de alguma eventualidade, o produtor corre o risco de trabalhar com déficit. A cultura da uva não é como outras, que se não houver previsão de colheita, há possibilidades de redução de gastos. Enfim, o produtor deve ser um bom administrador, porque essa atividade é muito arriscada, e se ele não souber administrar a renda obtida, seu capital pode desaparecer em poucas safras.

Apesar dessas comparações entre valores e custos de produção, é válido salientar que o produtor passa dois anos investindo no parreiral sem nenhum retorno. Entre o plantio do porta-enxerto, a enxertia e a primeira produção há um intervalo de dois anos. Nesse período, cuida-se somente do galho, utilizando todos os produtos necessários para um parreiral já formado, ou seja, os 10 mil reais anuais são multiplicados pelos dois anos. Além dos gastos com a construção da estrutura do parreiral, que podem chegar a aproximadamente a 40 mil

³⁵ Carga se refere ao fato da videira possuir cachos.

reais (Apêndice A). Mesmo após a construção da estrutura e início da produção ainda há gastos com equipamentos, pois esses são indispensáveis para o trabalho com a uva (Figura 22). Esses equipamentos chegam a custar 6 mil reais (Apêndice A).



Figura 22 – Alguns equipamentos necessários para o cultivo da uva.
Foto: SILVA-ALMEIDA, A. C. (dezembro de 2009).

A cultura da uva é altamente rentável, porém seus gastos são equivalentes a essa rentabilidade. O equilíbrio é obtido por produtores que sabem administrar bem o seu negócio, como verdadeiros empresários rurais. A produção de uvas de mesa é um bom negócio somente para viticultores profissionais, visto que o viticultor que não adota uma visão empresarial está fadado a desaparecer do mercado, a curto ou médio prazo, por não conseguir ofertar produtos competitivos. Kishino (2007) argumenta que o lucro deve ser o fim a ser perseguido, respeitando o meio ambiente, a legislação vigente e o ser humano, como funcionário, parceiro ou consumidor.

A maioria dos produtores possui todos os itens para o cultivo da uva, até os mais sofisticados, como trator de pulverização, que chega a custar 18.000,00 (com a bomba embutida)³⁶. Com a coleta de dados nas propriedades percebeu-se que nas residências há os utensílios básicos de conforto, como televisão, DVD, celular, carro de passeio. Em menor quantidade micro-ondas, máquina fotográfica digital e computador. Todavia, as propriedades contam com parreiral coberto, bomba de pulverização ou trator de pulverização, barracão destinado para o manuseio da uva, poço artesiano, sistema de irrigação e aparelho medidor de brix, que por sinal tem um custo de 500,00 reais. Isso demonstra que apesar dos produtores terem equipamentos básicos em casa, para o cultivo da uva possuem produtos da mais alta tecnologia. Os produtores, em sua grande maioria, também possuem carro utilitário, para facilitar o trabalho na propriedade. Dessa forma, constata-se que os produtores dão prioridade ao parreiral, haja vista que com uma lavoura bem estruturada a chance de uma boa produção é quase certa, e com isso o retorno financeiro já investido, como afirma um entrevistado: “primeiro a gente trata da uva, depois ela trata da gente”. Essa prática demonstra a ação planejadora dos viticultores marialvenses.

Todos os produtores entrevistados possuem assistência técnica, contudo há variação quanto à regularidade da visita do profissional à propriedade. Cerca de 52% dos produtores recebem a visita do técnico somente quando há necessidade na lavoura, sendo este também responsável pelas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)³⁷ da propriedade (Anexo G), cuja aplicação está regulamentada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Os produtores que recebem visita mensal na propriedade somam 48%. O fato do percentual de visita técnica mensal ser abaixo dos 50% não indica problema, porque

³⁶ A utilização do trator de pulverização é um método mais recente, cerca de 3 anos, antes a maioria dos produtores utilizavam o método de pulverização com bastão, além de o aplicador ter mais contato com o agrotóxico, também há maior desperdício.

³⁷ Anotação de Responsabilidade Técnica é o registro do contrato (escrito ou verbal) entre o profissional e seu cliente. Instituída pela Lei Federal 6.496/77, a ART define obrigações contratuais e identifica os responsáveis pelos empreendimentos relativos à área tecnológica.

os viticultores marialvenses já possuem larga experiência no cultivo da uva. Para os entrevistados, o convívio diário debaixo dos parreirais possibilita o amplo conhecimento das características e necessidades da lavoura. Dessa forma, as visitas dos técnicos são realizadas quando surgem situações atípicas, tais como o surgimento de doença resistente, ineficácia de determinado produto e dúvidas em geral. Um dos entrevistados expõe que “a uva ensina a gente a trabalhar, ela demonstra rapidamente se tem algo errado, por isso que devemos estar sempre atentos”.

4.3 Aspectos positivos e negativos da viticultura

Os viticultores marialvenses se declararam felizes com atividade exercida. Dados levantados junto aos produtores apontam que cerca de 83% não trocariam de atividade, mesmo essa mudança não implicando em grandes mudanças estruturais da propriedade, assim como não comprometendo a renda obtida. As vantagens da cultura, na visão deles, são muitas, no entanto a primeira a ser citada nas entrevistas foi a rentabilidade do negócio (Figura 23).

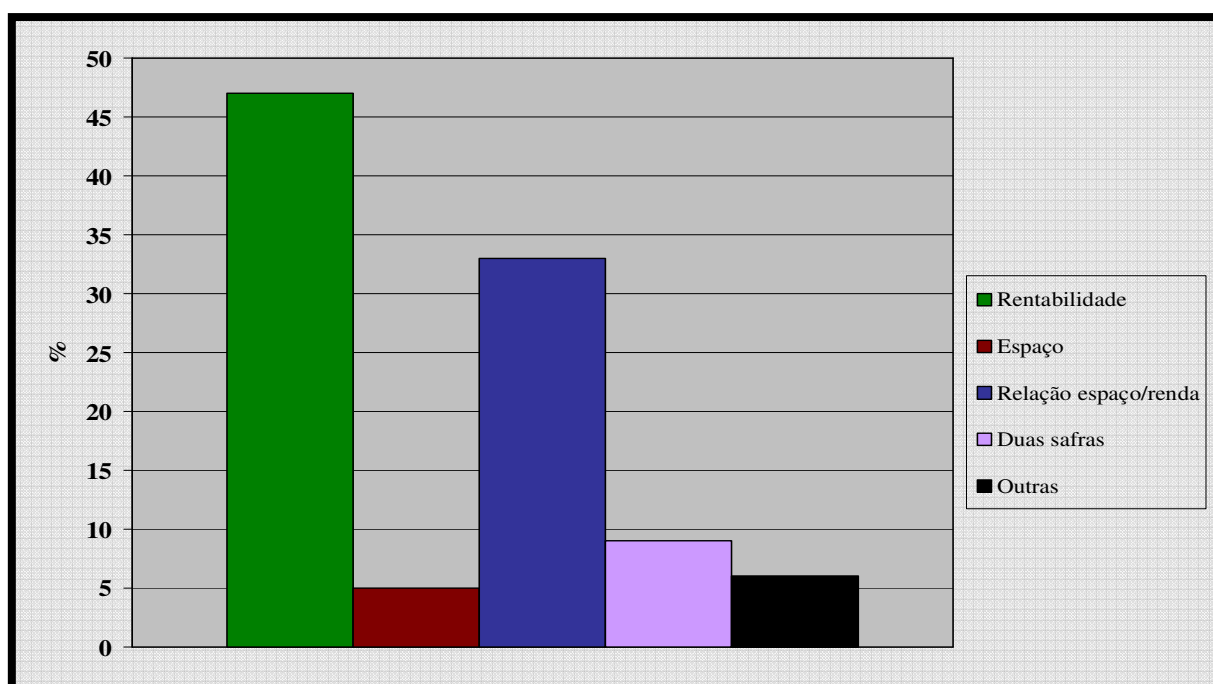


Figura 23 – Principais vantagens da viticultura segundo os produtores.
Fonte: Pesquisa de campo (2009). SILVA-ALMEIDA, A.C.(org).

Para eles, o fato de terem conseguido economizar, enquanto funcionários de outras propriedades, comprarem a própria terra, montarem toda a estrutura e manterem um padrão de vida satisfatório é gratificante. Em segundo lugar de citação foi a proporção espaço e renda, ou seja, o espaço que a atividade necessita e a produção obtida não é comparável a nenhuma outra cultura. A ocorrência de duas safras também foi citada, vantagem para 9% dos entrevistados.

Relacionadas com as respostas apontadas anteriormente, houve a menção da liberdade de trabalho, ou seja, apesar de exigir muito quanto à mão-de-obra, a viticultura possibilita ao produtor alguns períodos de menor necessidade de trabalho diário, liberando-o para a realização de outras tarefas, ou até mesmo possibilitando-lhe um descanso maior.

Apesar da grande satisfação dos produtores, há também os aspectos negativos da cultura (Figura 24), que prejudicam o perfeito desenvolvimento da atividade; destarte, são problemas de solução possível, mas que dependem de diferentes esferas da sociedade.

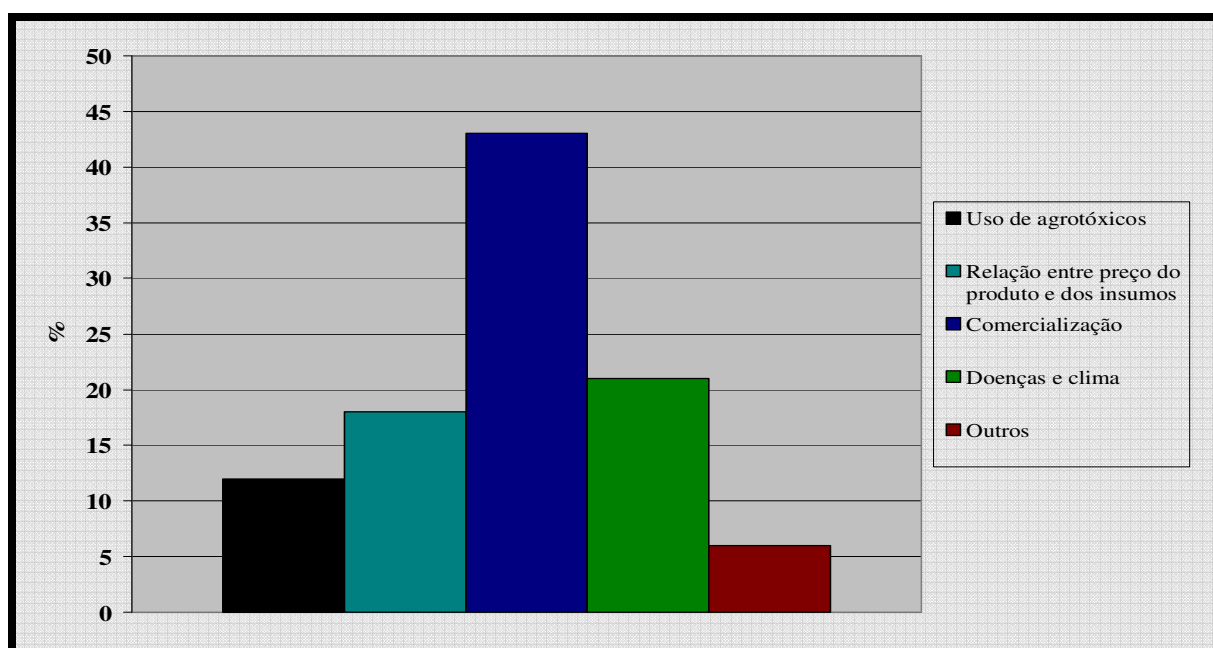


Figura 24 - Principais problemas da viticultura segundo os produtores.

Fonte: Pesquisa de campo (2009). SILVA-ALMEIDA, A.C.(org).

Os pequenos produtores asseveram que o ponto mais difícil da atividade é a comercialização; não somente quanto ao preço obtido, mas em todo o processo relacionado. A falta de garantia na entrega do produto também é uma desvantagem, pois é dado simplesmente um “romaneio”, sem o menor valor legal (Anexo H). O preço aplicado pelos atravessadores e o prazo de pagamento, que gira em torno de 40 dias, podendo chegar a 90 em

algumas ocasiões, também são pontos negativos. O ponto desvantajoso mais citado foi a prática da comercialização de uva verde.

Muitos produtores se posicionaram de forma muito revoltosa quanto a esse problema, em virtude da inconsciência e ganância de alguns produtores que cortam a uva com um teor de açúcar muito baixo, e que, conseqüentemente, estraga o mercado e compromete o preço do produto no restante da safra. Os produtores relatam que no início da fiscalização da Lei da Uva Verde o trabalho era mais intenso, o que coibia essa prática. Não obstante, nas últimas safras o Poder Público Municipal deixou de ter uma ação mais efetiva nos barracões, acarretando a comercialização de uva sem padrão. Todavia, no início da safra de 2009/2010 houve intensificação na fiscalização, que resultou somente no primeiro mês de safra em 2.500 quilos de uva apreendida por não estar dentro dos parâmetros exigidos pela legislação municipal.

A uva marialvense está presente em diversos mercados brasileiros, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Brasília e Mato Grosso. Não há registros significativos de exportação da fruta no município, apesar da já reconhecida qualidade da uva marialvense no mercado nacional de frutas. Um dos fatores que prejudica a expansão para novos mercados consumidores é a falta de estrutura de comercialização.

Neste sentido, a existência de cooperativas seria de grande relevância. O município já teve algumas, contudo não conseguiram caminhar em decorrência da falta de espírito cooperativista dos produtores. Segundo a engenheira agrônoma Silvia Capelari, os produtores só demonstram interesse em união quando há vantagens individuais relacionadas, porque em sua visão os produtores são muito individualistas. Na verdade, os preços praticados pelas cooperativas são menores que os praticados pelos compradores individuais. Para a agrônoma Silvia, a explicação está no fato que as cooperativas recolhem todos os tributos pertinentes a sua categoria de empresa, ou seja, são empresas legalizadas, enquanto que os “compradores”, também conhecidos como atravessadores, são representantes de empresas de São Paulo, em sua grande maioria, logo eles não pagam impostos no município de Marialva, esses são pagos somente pela empresa no local de sua instalação, possibilitando aos compradores praticarem preços mais atrativos aos produtores.

O segundo problema apontado pelos produtores foi a fragilidade da videira quanto às doenças, reflexo do clima úmido da região, já que a uva é originária de clima seco. A aplicação de produtos é necessária diariamente, em virtude da suscetibilidade a doenças, já que pode ocorrer a perda da produção em questão de 2 ou 3 dias, dependendo do tempo atmosférico. Alguns entrevistados alegaram que em época de muita chuva há necessidade de

pulverização mais de uma vez ao dia; atrelado a isso, intensifica-se o uso de agrotóxico, apontado por 12% dos entrevistados como sendo um problema. Os preços desses produtos, comparados com o preço obtido no quilo da uva, são desproporcionais, implicando em 18% das repostas, ou seja, o alto custo de produção comparado ao baixo valor de comercialização da uva. Na realidade, isso é um ciclo, se o clima não favorecer, em determinada época haverá maior intensidade do uso de agrotóxicos, o que aumentará o custo da produção. Quanto aos gastos com agrotóxicos, há alternativa de diminuição do uso de tratores, o que na perspectiva dos técnicos envolvidos com a atividade reduzem aproximadamente 30% no uso dos produtos.

4.4 Novas técnicas de produção

A uva é originária de clima seco, e o Norte do Paraná está sob um clima úmido; nessas condições, a uva fica extremamente vulnerável a doenças, acarretando à cultura uma demanda muito grande de agrotóxicos. Toda a equipe técnica do município tem trabalhado com o objetivo de amenizar a utilização desses insumos, para que haja menores riscos ao ambiente, às pessoas que trabalham com a atividade, ao próprio produto e aos consumidores. Esse é um trabalho difícil, em conformidade com os técnicos, porque se deve ter muito cuidado quanto à carência dos produtos. São empreendidas pesquisas, juntamente com a Universidade Estadual de Maringá, para amenizar a quantidade de produtos utilizados, também em virtude de seu alto custo. Destarte, em decorrência da característica climática é muito difícil diminuir a quantidade a ser aplicada de determinados produtos.

A plasticultura é a alternativa mais propícia para a necessidade da diminuição desses produtos. O uso intenso de agrotóxicos acontece em virtude do clima, nesse contexto a técnica da produção de uva sob estufas de plástico modifica o microclima do parreiral. Essa técnica, porém, é muito cara, o plástico dura 4 safras, no máximo 6, e custa 80 mil reais por hectare. O cálculo do valor anual por hectare dessa prática mostra que essa prática ainda é inviável para a maioria dos produtores, já que gira em torno de 20 mil reais. O agrônomo Werner Genta, um dos responsáveis pela pesquisa do uso da plasticultura, explica que apesar da atual inviabilidade econômica, futuramente podem-se diminuir os custos do material e coincidir com uma exigência do mercado na erradicação do uso de agrotóxicos, ou seu valor se tornar inviável também.

Com a utilização dos agrotóxicos na década de 1930 e 1940, acreditava-se que todos os problemas de pragas e doenças estariam resolvidos. Naquele momento histórico, o melhor produto era aquele que matava o maior número de pragas e insetos. Todavia, hoje se procura o produto específico para a resolução de determinado tipo de problema. Nesse âmbito, os impactos ambientais são bem menores, porque o produto reagirá somente com um dado tipo de praga. Os produtos mais modernos são mais amenos e a quantidade utilizada é menor, pois são mais específicos no ataque ao problema da planta.

Segundo o agrônomo Werner (2009), “o problema da uva é que ela não é uma cultura importante para as grandes empresas de agrotóxicos”. Logo, não há interesse em liberar registros de produtos mais modernos e menos agressivos para a cultura. Apesar do conhecimento científico do produto, sua proibição está na legalidade, ou seja, no registro. Utilizam-se produtos muito mais fortes e agressivos, enquanto os menos impactantes no ambiente são proibidos em virtude da falta de registro. Então o problema não é muito a nível ambiental, e sim burocrático. Uma das vantagens da viticultura é que no período próximo da maturação não há necessidade de pulverização, diferentemente de outras culturas.

Atualmente, a procura por produtos sem agrotóxicos é grande, uma tendência da sociedade pela vida mais natural. A agrônoma Silvia Capelari pontua que o futuro da viticultura está na possibilidade de ela se enquadrar no uso reduzido de agrotóxicos. A técnica informa que os planos da unidade da Emater do município é tentar iniciar uma produção integrada, produção a qual o produtor continua usando o agrotóxico, mas somente produtos registrados, com respeito às carências e a outras normas técnicas. Essa é uma iniciativa em longo prazo, na medida em que depende da conscientização dos produtores.

4.5 O trabalho familiar e o sistema de parceria

A agricultura familiar é tema de grande relevância no contexto agrário brasileiro. O uso desse termo, no entanto, é recente. Abramovay (1997) enuncia que até 1995 os documentos oficiais utilizavam como equivalente os termos “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” ou “agricultura de subsistência”. A maioria dos textos acadêmicos que trabalhava com essa temática também fazia uso desses termos. Este autor acrescenta que a utilização de pequena produção, produção de baixa renda e de subsistência é um julgamento prévio do desempenho econômico dessas porções espaciais.

A definição de agricultura familiar obedece às peculiaridades inerentes à agricultura. Segundo Blum (1999) o Manual do Crédito Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais se utilizam de critérios em comum, definem as características da agricultura familiar como sendo aquelas propriedades em que há emprego de mão-de-obra familiar, recursos financeiros oriundos da agricultura e em que a extensão da propriedade não ultrapasse o limite estabelecido.

No Brasil, de acordo com estudo realizado pela FAO/INCRA, as propriedades estão divididas em patronais e familiares. Nelas há diferenças quanto à cultura adotada, ao tamanho da área produzida, à direção e à execução do processo produtivo bem como à utilização do trabalho assalariado. Dentro dessa classificação há subgrupos; as patronais dividem-se em latifúndios e empresas capitalistas, já as familiares apresentam-se como consolidadas, em transição e periféricas (subsistência).

A agricultura familiar é a principal fonte empregadora de mão-de-obra no campo, ocupando 77% de um total de 13,7 milhões de pessoas em todo o Brasil (PASSADOR, 2003), sendo que hoje a importância da agricultura familiar na economia nacional é relevante, já que ela responde por 77% das ocupações no meio rural, 30% da área total de estabelecimentos agropecuários e por 38% do valor bruto da produção agropecuária (NEAD, 2002). Apesar da importância na economia, a agricultura familiar sofre uma grande pressão devido ao processo de modernização, o que tende a extingui-la. Em meio a isso, há espaços diferenciados que seguem dinâmicas próprias de desenvolvimento e conseguem avançar econômica e socialmente.

Navarro (2001) compreende esse dinamismo como sendo característico da Região Sul, onde a produção agrícola alcança relevante significação econômica e onde, se comparada ao restante do país, há expressivo contingente de agricultores familiares. Neste sentido, o município de Marialva está um passo a frente, pois além de ser grande produtor de *commodities*, apresenta um grande número de pequenas propriedades que consome elevada mão-de-obra, diminuindo os efeitos gerados pela tecnificação e mecanização das grandes propriedades (Figura 25).



Figura 25 – Imagem de satélite de uma típica região rural do município de Marialva, PR. Na área central superior da figura é possível observar pequenas propriedades circundadas por grandes propriedades produtores de commodities (área superior e inferior da figura). Cada ponto claro representa uma residência no qual reside uma família que tem sua economia baseada nos produtos produzidos na propriedade. Imagem obtida com o auxílio do programa Google Earth versão 4.0. (2009)

A manutenção da pequena propriedade tem sido lucrativa nesse município, ao contrário do que se tem observado em outras regiões. Em Marialva, a cultura da uva envolve 795 produtores e aproximadamente 1.000 famílias em sua produção. No cultivo da uva são necessárias 3 pessoas trabalhando constantemente, para 1 hectare da cultura. Essa atividade ocupa no município cerca de 1.500 hectares, logo a necessidade básica seria de 4.500 pessoas. No entanto, a contratação de mão-de-obra temporária é realizada em alguns períodos da safra, evidenciando que o número de pessoas envolvidas direta e indiretamente nessa atividade é elevado. O censo demográfico de 2007 aponta que Marialva conta com 5.641 pessoas ocupadas com as atividades agrícolas. Desse total, 3.723 pessoas, ou seja, 66% possuem laço de parentesco com o produtor, evidenciando a utilização de mão-de-obra familiar no espaço agrário desse município. A agrônoma Silvia Capelari informa que cerca de 70% das propriedades com viticultura em Marialva utilizam a mão-de-obra familiar.

Por ser uma atividade que absorve o trabalho de toda a família, os filhos estão diretamente envolvidos na atividade. Acontece algo curioso quanto à vontade dos jovens em permanecer na atividade. Enquanto que em outras localidades os jovens estão deixando o

campo e os pais não enxergam outro futuro para a propriedade a não ser a venda, em Marialva há um grande número de produtores jovens, além do fato de os adolescentes já indicarem que não querem ir para a cidade. Quando isso ocorre, eles justificam que não venderão a propriedade dos pais, mas a manterão com o sistema de parceria, indicando uma forte tendência em manter e dar continuidade ao trabalho dos pais. Alguns produtores evidenciaram que a vontade é que os filhos estudem e sigam carreiras na cidade, pois segundo eles a uva é um trabalho desgastante. Entretanto, a venda da propriedade não está nos planos do produtor nem de seus filhos, porque mesmo trabalhando na cidade querem manter a propriedade rural, já que na visão dos produtores “o pedacinho foi muito duro de comprar, e terra é sempre terra, não deve ser vendida”. Essa vontade em permanecer no campo também é unânime entre os produtores. Durante as entrevistas, eles revelaram que não há a menor possibilidade de mudarem para o espaço urbano futuramente. Dentre os produtores entrevistados, alguns já moraram na cidade e dizem não haver a menor saudade ou vontade de voltar, pois para eles “no sítio é mais tranquilo, além de aqui ser perto da cidade e tudo fica mais fácil”. Em Marialva as pequenas propriedades se localizam próximas à cidade, ocupando a área do cinturão verde existente em outros municípios.

Os produtores maiores, que possuem acima de 2 hectares, trabalham com o sistema de parceria. Esse sistema consiste na divisão das funções e tarefas na propriedade, sendo o proprietário da terra responsável pela compra de insumos, adubos e pelos materiais necessários à colheita (caixas e carriolas), já o parceiro entra com a mão-de-obra e os equipamentos necessários para o trabalho (tesouras, enxadas, grampeadores, dentre outros). O parceiro fica com 35% do faturamento total, e o proprietário com os 65% restantes, lembrando que o parceiro tem sua moradia na propriedade, livre de pagamento, ficando responsável pelo gasto da energia elétrica e algumas vezes pela água, caso ela provenha de fora da propriedade (poço artesiano comunitário).

4.6 O trabalho da mulher

A mulher sempre teve um papel fundamental na agricultura, desde os primórdios da história. Fontes históricas informam que enquanto o homem caçava, é possível que a mulher, por permanecer mais fixa à terra, percebeu que as sementes germinavam e posteriormente davam frutos. Dessa forma teve início a agricultura e a domesticação de alguns animais.

O trabalho feminino é mais delicado e detalhista. Apesar do pouco reconhecimento do papel da mulher na dinâmica rural do Brasil, vários trabalhos acadêmicos³⁸ abordam essa problemática evidenciando sua relevância nesse contexto.

Na agricultura, a mulher quase sempre trabalhou nos bastidores, atrás do ator principal, o produtor homem. Ela é responsável pela educação dos filhos, pelo cuidado da casa e também pela ajuda ao marido na lavoura. Desse modo, o trabalho feminino é tratado como uma ajuda e não como o principal. Com as conquistas femininas do século XX em diferentes segmentos da sociedade, a mulher conseguiu mais espaço e reconhecimento, apesar de ainda haver preconceito e estigma quanto ao papel que desempenha na sociedade.

De acordo com o IBGE, em Marialva há aproximadamente 15 mil mulheres, sendo que cerca de 3 mil residem na zona rural. O trabalho da mulher na viticultura marialvense é de extrema importância; elas realizam todas as atividades relacionadas aos tratos culturais. A viticultura é uma atividade que exige muito cuidado e delicadeza em seu manuseio. Alguns técnicos envolvidos com a atividade postulam que a uva é “um sapato feito a mão”. As mulheres enfrentam uma dupla jornada, trabalham no parreiral e também cuidam da casa, e seu trabalho é reconhecido e necessário. Em certas fases da produção da uva, a realização rápida de algumas tarefas é extremamente necessária, e a maioria da mão-de-obra temporária contratada para realizar esses procedimentos são de mulheres.

Percebe-se na cultura da uva uma separação de atividades, os homens, em sua grande maioria, ficam incumbidos das pulverizações e adubação, além da compra de insumos e negociações da venda do produto. Já as mulheres participam mais nas fases de amarração, capação, desneteamento, pente, raleio, limpeza e colheita³⁹, sendo que alguns desses procedimentos são realizados mais de uma vez na safra. Durante as visitas às propriedades para a realização das entrevistas foi raro não encontrar as mulheres debaixo do parreiral, enquanto os homens estavam cuidando de outros assuntos. De maneira geral, os homens trabalham mais no processo administrativo e com os galhos da planta, enquanto as mulheres tratam diretamente do fruto.

Na viticultura o trabalho da mulher é extremamente importante, pois além de ágil na realização dos tratos culturais, elas são delicadas e cuidadosas, características essenciais no processo produtivo da videira.

³⁸ A divisão sexual do trabalho na agricultura: elementos para seu estudo – Karin Wall
Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar - Lígia Albuquerque de Melo
Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio - Maria Ignez S. Paulilo
O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta? – Inês Cotazzo

³⁹ Termos técnicos da viticultura explicados nas páginas 46 e 47.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura teve impactos positivos, mas também negativos na estrutura agrária brasileira. Em decorrência do pouco tempo de absorção e adaptação a esse novo modelo, o Estado do Paraná foi muito afetado. A região Norte do Estado, pelas suas características de colonização, sentiu duramente os impactos negativos.

Embora tenha surgido uma massa de trabalhadores sem emprego e tenha aumentado maciçamente a dimensão das propriedades, houve pontos positivos. As exportações do Brasil são, em grande parte, de produtos agrícolas, as ditas *commodities*. Desta maneira, não se deve lutar pelo fim das grandes propriedades nas quais elas são produzidas, o que deve ser feito é encontrar uma maneira em que seja harmônica a presença de ambos os tipos de agricultura, a familiar (consolidada) e a patronal (empresa capitalista), porque dessa forma estará garantida a manutenção da soberania agrícola de exportação do país através da produção das grandes propriedades e manutenção do homem do campo no campo através da agricultura familiar. Não haveria outra forma de se manter à margem do processo de modernização, no entanto medidas deveriam ter sido tomadas para evitar a quase extinção da pequena propriedade, de grande relevância para o espaço rural brasileiro pelo fato da grande absorção de mão-de-obra familiar.

Dentro desse contexto, insere-se o município de Marialva, localizado na região Norte do Paraná, espaço onde convivem harmoniosamente as propriedades patronais e familiares, ambas com altas produções e rentabilidade, graças à implantação de uma cultura diferenciada, a uva, fruto do pioneirismo da colônia japonesa e do esforço da assistência técnica do município, que conseguiram fortalecer a atividade e ganhar a relevância econômica atual.

Nesse espaço paranaense, os estabelecimentos agropecuários com as lavouras permanentes possuem a uva como a maior representante. Essa atividade conseguiu conter o processo de êxodo rural ocorrido no município na década de 1980, e apresenta, nos últimos anos, registros de grandes produções e altos índices de rentabilidade, possibilitando que em um período de 10 anos um grande número de pessoas, que eram empregadas, se tornassem donas do próprio negócio.

O aumento em números de pequenas propriedades, menores que o módulo do município, não acarretou nenhum problema social, pelo fato que a atividade desenvolvida nas novas propriedades não exige um espaço maior que 1 hectare. Nesse contexto, os produtores estão muito satisfeitos com o trabalho e o retorno financeiro obtido.

O futuro das propriedades e da atividade está garantido, em decorrência do interesse dos jovens agricultores em dar continuidade ao trabalho dos pais e das inovações aplicadas à cultura. O município de Marialva se tornou um polo difusor de tecnologia, o que garante emprego para grande parcela da população, não somente rural, proporcionando cada vez mais qualidade para o produto produzido.

A relevância econômica da viticultura não é confirmada somente com os dados quantitativos apresentados. Os produtores estão satisfeitos com a cultura e não desejam trocar de atividade, mesmo surgindo outra com a mesma rentabilidade, evidenciando que, além do fator econômico, há mais laços envolvendo o produtor e a atividade; eles trabalham felizes, o que proporciona, além de bem estar, qualidade de vida.

Vale salientar que a realidade vista no campo confirma a tese da importância da atividade para as famílias. Muitas vieram de tentativas frustradas de conseguirem viver das atividades agrícolas, e encontraram na viticultura condições de ascender social e economicamente. Todos os produtores, durante as entrevistas, afirmaram com orgulho que conseguiram o tão sonhado “pedaço de chão”, através de muito trabalho, esforço e dedicação.

Portanto, a viticultura marialvense é a maior responsável pela dinamicidade econômica e social da população rural do município, com o predomínio de pequenas propriedades produtoras de uva, com a utilização do trabalho familiar, o que torna esse município um espaço diferenciado no contexto agrário atual.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

BERNARDES, Lyzia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, p. 334-384, jul./set. 1953.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição classificação e problemática. In: TEDESCO, João C. (Org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, cap. 2, p. 22 – 43, 1999.

CAMOLEZI, Bruno A. COSTA, Julia M. A substituição de culturas e a dinâmica populacional do norte paranaense entre 1930 – 2005. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Uruguai: EGAL, 2009.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense 1900- 1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CARVALHO, Josiane F. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira da mesorregião noroeste paranaense**. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2008.

CATI – **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Publicações: Formigas Cortadeiras. Disponível em: www.cati.sp.gov.br, consultado em 30 de julho de 2009.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da C.M.N.P, São Paulo: Edanee, 1975.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. In PAZ, Francisco M. (Org). **Cenários de economia e política - Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

CREA – **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Seções: ART. Disponível em: www.creaweb.crea-pr.org.br, consultado em 26 de novembro de 2009.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia – Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

GOVERNO do Paraná. Lei Estadual nº. 16.231 (denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná).

GRAZIANO SILVA, JF. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. In. PAZ, Francisco M. (org). **Cenários de economia e política - Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo agropecuário – 1960 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. Censo agropecuário – 1970 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. Censo agropecuário – 1985 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Cidades – Censo agropecuário 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 20 de março de 2009.

_____. SIDRA – Censo agropecuário – 1996 – Paraná. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 20 de março de 2009.

_____. SIDRA – Dados agropecuários municipais – 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 30 de novembro de 2009.

IEA – **Instituto de Economia Agrícola**. Artigos – Disponível em: www.iea.sp.gov.br, consultado em 10 de novembro de 2009.

INCRA - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Relação C.C.I.R – Marialva 2003, 2004 e 2005.

IORI, Andie. Arrecadação com a uva é o dobro da soja em Marialva. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 nov. 2007. Caminhos do Campo.

IPARDES - **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Cadernos Municipais. Disponível em: www.ipardes.gov.br, consultado em 20 abril de 2009.

KISHINO, Antonio Y.; CARVALHO, Sergio L. C. ; ROBERTO, Sergio R. **Viticultura Tropical – o sistema de produção no Paraná**. Londrina: IAPAR, 2007.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p.79-94, abr./jun. 1991.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Edição da Prefeitura do Município de Maringá/Dissertação de Mestrado. 1997.

MAZIA, José Odair. **Viticultura - Fruticultura em clima temperado**. Marialva, 2000.

MORO, Dalton. As conseqüências sociais da modernização da agricultura. VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org). **Geografia social e Agricultura no Paraná**. 2 ed. Maringá: PGE, 2001. cap. 4, p.31-124.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MÜLLER, Nice Lecoq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

NEAD – **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**. Disponível em: www.nead.org.br, consultado em 05 de novembro de 2008.

NUNES, Juraci Regina Pacheco. **Modernização da agricultura-pecuarização e mudanças - o caso de Alto Purus**. Rio Branco: Tico Tico, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**, 4. ed., São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Semí C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.4, p.1-8, jun. 2009.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

PASSADOR, Cláudia Souza. Políticas Públicas, Redes e Agricultura Familiar em Debate: a experiência do Governo do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD-CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 8., 2003, Cidade do Panamá. **Anais...** Venezuela: CLAD, 2003.

PAZ, Francisco (Org). **Cenários de economia e política – Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

PEREIRA, Eduardo P. GUMIEIRO, Augusto H. Sistema agroindustrial da uva no Brasil: arranjos, governanças e transações. In: XLVI CONGRESSOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

REGO, Renato L. MENEGUETTI, Karin S. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Acta Scientiar. Technologyum**, Maringá, v.28, n.1, p.93-103, 2006.

RICIERE, Maria Teresa. **Marialva: do café a uva fina**. Maringá: Chicletec, 2008.

SANTOS, Cristina R. MOLINA, Ana Heloísa. "Terra fértil, ouro verde" - Os folhetos de propaganda da CTNP. Londrina – 1930 – 1950. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS, 7., 2008, Londrina. **Anais...** Londrina: SEPECH, 2008.

SATO, Geni Satiko. Panorama da viticultura no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.11, p.53 – 59, nov. 2000.

SERRA, Elpidio. Colonização, uso da terra e conflitos sociais no Paraná. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Uruguai: EGAL, 2009.

_____. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992.

_____. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.19, n.1, p. 45-58, 2001.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). **Fronteiras**, Brasília, p. 19-37, 1988.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, p. 22 – 43, 1999.

UVIBRA – **União Brasileira de Vitivinicultura**. Disponível em: www.uvibra.com.br, consultado em 26 de agosto de 2009.

VEIGA, José Eli da. **A história não os absolverá. Nem a Geografia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História**. Curitiba, n.7, 1968.

Www.divitempo.blogspot.com – artigos – **Geadas brancas e negras**, consultado em 30 de julho de 2009.

Www.portaldoagronegocio.com.br – artigos – **O mercado de soja nos 13 anos de Plano Real**, consultado em 25 de novembro de 2009.

Outras fontes

Entrevistas

Ana Julia Oliveira da Silva, agricultora. Entrevista concedida em 15/07/2009.

Benedito de Oliveira, agricultor. Entrevista concedida em 20/09/09.

Sidney Apº de Almeida, técnico agrícola. Entrevista concedida em 06/07/2009.

Silvia Capelari, engenheira agrônoma. Entrevista concedida em 18/05/2009.

Werner Genta, engenheiro agrônomo. Entrevista concedida em 03/06/2009.

APÊNDICE A – Custo da estrutura, dos equipamentos e da produção da uva

Custo para a construção da estrutura de um parreiral telado - 1 hectare

Produto	Quantidade	Preço unitário em reais	Valor total em reais
Postes de eucalipto 8x10	202 unidades	22,00	4.444,00
Postes de eucalipto 10x12	8 unidades	30,00	240,00
Postes de eucalipto 6x8	330 unidades	12,00	3.960,00
Cordoalha	90 kg	10,00	900,00
Arame nº8	100 kg	8,00	800,00
Arame nº12	15 kg	10,00	150,00
Arame nº14	680 kg	8,00	5.440,00
Arame nº16	8 kg	12,50	92,00
Arame nº20	7 kg	12,50	87,50
Arame de aço	8 rolos	370,00	2.960,00
Esticador	4 unidades	22,00	88,00
Clips	50 unidades	1,00	50,00
Tela sombrence 18%	10 000 metros ²	1,20	12.000,00
Mão-de-obra	-	-	8.000,00
TOTAL			39.211,50

Valor dos equipamentos utilizados no cultivo da uva – 1 hectare

Produto	Quantidade	Preço unitário em reais	Valor total em reais
Balainho - plantio	1 milheiro	30,00	30,00
Tesoura poda	3 unidades	45,00	135,00
Kit E.P.I.	3 unidades	60,00	180,00
Tesoura raleio	3 unidades	20,00	60,00
Pente	3 unidades	6,00	18,00
Grampeador	3 unidades	150,00	450,00
Grampo	25 caixas	2,00	50,00
Fita	30 unidades	3,00	90,00
Grampo - chapéu	4 caixas	2,50	10,00
Chapéu chinês	15 milheiro	68,00	1.020,00
Mangueira	100 metros	3,50	350,00
Bastão completo	1 unidade	140,00	140,00
Motor 3 cv monofásico	1 unidade	480,00	480,00
Conjunto pulverizador	1 unidade	2.800,00	2.800,00
TOTAL			5.813,00

Custo de produção da uva fina de mesa para uma safra em 1 ha – Insumos

Produto	Quantidade	Preço unitário em reais	Valor total em reais
Dormex	4 - litros	45,00	180,00
Dithane	1 saco	500,00	500,00
Recop	2 saco	425,00	850,00
Cercobin	2 kg	35,00	70,0
Nutri-phite	2 galões	90,00	180,00
Sulfato de Magnésio	25 kg	1,25	31,25
MS 77	4 kg	15,00	60,00
Bonder	2 galões	75,00	150,00
ML 71	1 litro	110,00	110,00
Provado	2 litros	100,00	200,00
Ácido Bórico	5 kg	4,00	20,00
MS florada	2 kg	30,00	30,00
Cabrio top	6 kg	45,00	270,00
Curzate	6 kg	38,00	228,00
Censor	1 litro	240,00	240,00
Score	1 litro	156,00	156,00
Rubigan	2 litros	115,00	230,00
Cabfix	1 balde	100,00	100,00
Lebaycid	2 litros	78,00	156,00
Rovral	2 litros	90,00	180,00
Vertimec	2 litros	90,00	180,00
Mustang	1 litro	100,00	100,00
Assist	5 litros	50,00	50,00

Produto	Quantidade	Preço unitário em reais	Valor total em reais
Adubo 20-05-20	11 saco	55,00	605,00
Fita	20 rolos	3,00	60,00
Grampo	20 caixas	2,00	40,00
Progibb	20 pacotes	7,00	140,00
TOTAL			5.386, 25

Os custos de insumos são multiplicados por dois, em virtude das duas safras: **10.772,50.**

Custo de produção da uva fina de mesa anual em 1 ha – Adubação de covas

Produto	Quantidade	Preço unitário em reais	Valor total em reais
Fosmag	24 sc	40,00	960,00
Farinha de osso	15 sc	42,00	630,00
Cloreto de Potássio	4 sc	100,00	400,00
Torta de Mamona	24 sc	30,00	720,00
Borax	70 kg	2,00	140,00
Zinco	35 kg	3,00	105,00
Turfa	20 sc	25,00	500,00
Calcário	10 sc	8,00	80,00
Esterco bovino	20 toneladas	50,00	1.000,00
TOTAL			4.535,00

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com técnicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

- 1- O que é pequena propriedade.
- 2- Número de pequenas propriedades em Marialva.
- 3- Principais atividades desenvolvidas nesses espaços.
- 4- Mão-de-obra utilizada.
- 5- Residência do proprietário.
- 6- Aumento do nº de pequenas propriedades.
- 7- Incentivos do governo.
- 8- Programas voltados às pequenas propriedades.
- 9- Características dos proprietários.
- 10- Dimensão média das pequenas propriedades.
- 11- Mão-de-obra feminina.
- 12- Lucro médio por hectare.
- 13- Custo de produção por hectare.
- 14- Produção por hectare.
- 15- Envelhecimento do produtor/ Situação dos filhos (sucessão).
- 16- Módulo rural para a uva.
- 17- Futuro da viticultura.
- 18- Fatores que fortaleceram a viticultura no município.
- 19- Mercados consumidores.

ANPEF – Associação Norte Paranaense de Estudos em Fruticultura

- 1- Início da viticultura no município de Marialva.
- 2- Fatores que contribuíram para o fortalecimento dessa atividade.
- 3- Período em a viticultura ganhou relevância econômica para Marialva.
- 4- Incentivos do governo Federal, Estadual e Municipal.
- 5- Programas voltados à viticultura.
- 6- Papel da assistência técnica.
- 7- Problemas ambientais causados por essa atividade.
- 8- Existência de “aventureiros” na atividade.
- 9- Maior problema enfrentado pela viticultura antes de seu fortalecimento no mercado.
- 10- Problemas de comercialização.
- 11- Plano Diretor e a produção de uva ao redor da cidade.
- 12- Sucessão do produtor.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com produtores

- 1- Principal atividade desenvolvida na propriedade.
- 2- Quando iniciou essa atividade.
- 3- O que fazia antes na propriedade.
- 4- Número de pessoas que trabalham na propriedade.
- 5- Existe o sistema de parceria.
- 6- Há contratação de mão-de-obra temporária em alguma fase da produção.
- 7- Possui outra propriedade.
- 8- Papel da assistência técnica no processo produtivo.
- 9- Quanto tempo mora na propriedade.
- 10- Onde morava antes.
- 11- Qual a ocupação anterior.
- 12- Bens que possuem: carro (utilitário ou não), televisão, DVD, computador, celular, micro-ondas, máquina digital (fotográfica).
- 13- Bens da “propriedade”: Parreiral coberto, bomba de pulverização, trator de pulverização, irrigação, barracão alvenaria, poço artesiano, aparelho medidor de brix.
- 14- Se possível, trocaria de atividade.
- 15- Qual a melhor característica da viticultura.
- 16- Qual o maior problema presente na viticultura.
- 17- Qual o futuro da propriedade/continuidade pelos filhos.
- 18- Já morou na cidade.
- 19- Tem vontade ou plano de um dia morar na cidade.

ANEXO A – Certificado Fitossanitário de Origem

	ESTADO DO PARANÁ			
	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA - DEFIS			
CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM Nº:93/2009-294				
Nome do produtor / nome empresarial: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Município: Marialva				UF: PR
CNPJ ou CPF: XXXXXXXXXX		Identificação da propriedade: XXXXXXXXXX		
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO				
Código da UP	Produto	Quantidade	Unidade	Período de colheita
539/2006	UVA/ITÁLIA	2500	Kg	02/12/2009
Laudo Laboratorial	Nome do Laboratório:			
	Número do laudo com o resultado da análise:			
	Município:			UF:
Certifico que, mediante acompanhamento, o(s) produto(s) acima especificado(s) se apresenta(m): 1) (☒) livre(s) da(s) Praga(s) Quarentenária(s) A2, 2) (☐) dentro do(s) limite(s) de tolerância para a(s) Praga(s) Não Quarentenária(s) Regulamentada(s), ou 3) (☐) livre(s) da(s) Praga(s) específica(s), por exigência interna; 4) (☐) livre(s) da(s) Praga(s) específica(s), por exigência do país importador, conforme regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.				
DECLARAÇÃO ADICIONAL				
TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO COM FINS QUARENTENÁRIOS				
Nome do produto comercial	Ingrediente ativo	Dose	Praga ou produto	Modo de aplicação
Partida lacrada na origem? Não(☒) . sim (☐) . nº lacre: _____ nº porão: _____ nº contêiner: _____				
Este certificado é válido por <u>30</u> dias e será nulo se rasurado.				
DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO				
Nome do RT: XXXXXX				
Nº da habilitação: XXXXXX		Nº do CREA: XXXX		
Local e data: MARIALVA, 02 de Dezembro de 2009.				
Assinatura e carimbo: XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				

ANEXO B – Uva como ferramenta de propaganda municipal



ANEXO C – Lei que denomina Marialva como Capital da Uva Fina

KINETO | LEI Estadual 16.231-201-08-7...

matérias do Blog

07/12/2009 - Lei Estadual 16.231 de 28/09/2009 - Denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 16.231 DE 28/09/2009

Publicado no Diário Oficial nº 8059 de 18/09/2009

Súmula: Denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 016/09:

Art. 1º Fica denominado o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A denominação de que trata o caput do artigo 1º, será referencial de identidade do Município de Marialva para a captação de recursos ou investimentos referentes ao agronegócio.

Art. 2º A partir da publicação desta lei, o Município de Marialva passará a integrar como Capital da Uva Fina, no Calendário Oficial de Eventos Comerciais, Turísticos e Industriais do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 28 de agosto de 2009.

NELSON JUSTUS

MATÉRIAS

07/12/2009 - Lei de 28/09/2009 Município de Marialva é Capital da Uva Fina do Paraná.

07/12/2009 - RDA COMISSÃO SERÁ VOTADO HOJE ÀS 19:30

05/12/2009 - Se Marialva é a Capital do Paraná!

03/12/2009 - BLOQUEIO DE OBRAS MOSTRAM O DESEJO DE PODER PÚBLICO

03/12/2009 - VOTO PEDE AO MINISTRO A CASSAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO PODER IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

03/12/2009 - RDA COMISSÃO SERÁ VOTADO HOJE ÀS 19:30

30/11/2009 - PLENÁRIA DO MUNICÍPIO DE MARIALVA SOBRE O TABACO É DE INTERESSE DO VEREADOR NELSON JUSTUS

03/12/09 14:12

1 NA NAO CAS

dades

tevideu solveu inutos

Concluído

ANEXO E – Notas fiscais de empresas marialvenses que vendem para outros municípios

NOTA FISCAL FATURA "SÉRIE 1"

Nº 40447

3ª VIA FISCO DESTINO

DATA LIMITE PARA EMISSÃO 18/03/2011

DATA DA EMISSÃO 26/11/2009

DATA DA SAÍDA / ENTRADA 26/11/2009

HORA DA SAÍDA 14:02

DEST. / REMET. FATURA

DADOS DO PRODUTO

CAL. DO IMP. TRANS. VOL. TRANS. DADOS ADICIONAIS

RESERVADO AO FISCO

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO 040447

RECEBEMOS DE DOMENE & SILVESTRE LTDA., OS PRODUTOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL FATURA - SÉRIE 1 INDICADA AO LADO.

DATA DO RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOTA FISCAL FATURA - SÉRIE 1 Nº 40447

NUM. PREB. / N.º DE PREB. / N.º DE PREB. CENTRO - MARIALVA - PR CEP 86990-000 FONE: (0xx44) XXXX-XXXX CELULAR: (0xx44) XXXX-XXXX

SAÍDA ENTRADA

C.N.P.J. 01.795.682/0001-30

INSCRIÇÃO ESTADUAL 90129663-93

C.FOP 5102 INSCR. ESTADUAL XXXX

C.N.P.J. / C.P.F. XXXXXXXX

CEP 86280000

MUNICÍPIO Uraí U.F. PR INSCR. XXXXXXXX

NUMERO	VENCIMENTO	VALOR	NUMERO	VENCIMENTO	VALOR
40447-1	30/01/2010	351,50			

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	C.F.	SIT. TRIB.	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ICMS %
1307	CHAPEU CHINES 27x27 N 10 - TRANSPARENTE		000	UN	5	70,30	351,50	18

CERTIFICAMOS QUE OS PRODUTOS ESTÃO EMBALADOS OU ACONDICIONADOS PARA SUPOORTAR OS RISCOS DO CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
351,50	63,27			351,50

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
		0,00		351,50

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1 - EMISSOR 2 - DESTINATÁRIO	PLACA DO VEÍCULO	U.F.	C.N.P.J. / C.P.F.

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	U.F.	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
0				0	0

ANEXO F – Renda obtida com a uva é maior que a da soja

Caminhos do CAMPO

GAZETA DO POVO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2007

A batata-doce surge como fonte alternativa de etanol. Desafio é produzir a raiz em escala

← Página 3

RIQUEZA EM CACHOS

NUMA ÁREA 15 VEZES MENOR, A UVA TEM RECEITA DUAS VEZES MAIOR QUE A SOJA EM MARIALVA (NOROESTE). A REGIÃO SE ESPECIALIZOU EM UVAS FINAS DE MESA E CADA PRODUTOR MANTÉM SEIS POSTOS DE TRABALHO.

← Página 4

Benício Bonifácio, viticultor há 38 anos, quer ampliar produção em um terço.

CA
Tip
Ta
Dir

[illegible]

ANEXO G – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA)

http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimeart.asp?OPCAOPG...



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e
Agronomia do Estado do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra

2ª VIA - PROFISSIONAL

Profissional Contratado: _____
Título Formação Prof.: TÉCNICO EM AGRICULTURA
Empresa contratada: _____
Contratante: _____
Endereço: _____ CENTRO
CEP: 86990000 MARIALVA PR Fone: _____
Local da Obra: ESTR. CARANÁ KM 08
GL. RIB. AQUIDABAN - MARIALVA PR

Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Ativ. Técnica 21 ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Área de Comp. 8100 SERVIÇOS TÉCNICOS PROF EM AGRONOMIA, AGRICULTURA-
PECUÁRIA-ENG RURAL
Tipo Obra/Serv 081 CULTURA DE FRUTÍCOLAS ATIVIDADE COMERCIAL
Serviços contratados 104 ASSISTÊNCIA TÉCNICA



ART Nº 20093467860
 Obra ou Serviço Técnico
 ART Principal

Nº Carteira: PR-_____
Nº Visto Crea: -
Nº Registro: _____
CPF/CNPJ: _____

Quadra: - Lote: 78-C
CEP: 86990000 Dimensão 1 HA

Dados Compl. 0

Guia B
ART Nº
20093467860
Vir Obra R\$ 4.000,00 Vir Serviço R\$ 300,00 Vir Taxa R\$ 30,00
Base de cálculo: TABELA AUXILIAR - AGRONOMIA
Vigência Contrato/Inspeção: 21/09/2009 à 21/09/2010
Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc

CULTIVO DE 1,00 HA DE UVA RÚSTICA

Insp.: 4510
21/09/2009
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante _____

Assinatura do Profissional _____

2ª VIA - PROFISSIONAL Destina-se ao arquivo do Profissional / Empresa.
Central de Informações do CREA-PR 0800 410067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

As Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - foram instituídas pela Lei nº 6496, de 07/12/1977, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), através da Resolução nº 425, de 18/12/1998, que define os seguintes aspectos:

- * Fatos geradores de ARTs
- * ARTs originais e ARTs vinculadas
- * Substituições de ARTs
- * Desdobramentos de ARTs - casos de co-autoria e co-responsabilidade
- * Responsabilidade pelo preenchimento das ARTs e pagamentos das taxas
- * Condições em que as ARTs serão consideradas nulas
- * Implicações da inexistência/nulidade de ARTs - autuação e aplicação de multas previstas na Lei nº 5194, de 24/12/1966.
- * Outros

O texto completo destas normas estão disponíveis via Internet no seguinte endereço : www.confea.org.br

Autenticação Mecânica _____

CAVALIN & CAVALIN LTDA.

21/9/2009 10:57

ANEXO H – Comprovante de entrega da uva aos intermediários

[illegible]

XXXXXXXXXXXXXX

COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS

XX

FRENTE LATA

Pedido No.: 1865

FATURA DE PRESTACAO DE SERVICO No.: 14024

ASSOCIADO: 17

XXXXXXXXXXXXXX

- Entregue em : 04/11/2007

CLIENTE/DESTINO: 21 -

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LDA

QUANTIDADE / EMBALAGEM	PRODUTO	CLASSIF	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
70 CX PAP.5 KG EX	UVA RUBI	EXT-AA	2,90	1.015,00
TOTAL DE VOLUMES: 70	PESO BRUTO: 700 Kg		VALOR BRUTO ->	1.015,00
	PESO LIQUIDO: 350 Kg			

DESPESAS

CPMF.....	0,38%	3,86
FUNRURAL.....	2,30%	23,35
FRETE INTERNO...	0,00%	0,00
RENEGOCIACAO...	0,00%	0,00
OUTROS.....	0,00%	0,00

Total Despesas-> 27,21

TOTAL LIQUIDO -> 987,79

RECEBEMOS DA R.R.FRUTAS - COMERCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS O CHEQUE No.
DO BANCO , NO VALOR REFERENTE A ESTA FATURA DE PRESTACAO DE SERVICO.

DATA:..../..../....

ASSOCIADO

FRETEIRO: 4

2.341,00
CPMF + 9,00
2.350,00

008
17/11/07